

# Mulheres na pandemia

**A complexa teia de  
desigualdades e o  
desafio de sobreviver  
ao caos**

## ENTREVISTAS

**Sandra Gemma  
Flavia Traldi de Lima  
Gustavo Tank Bergström  
Fernanda Bestetti de Vasconcellos  
Flávia Melo  
Luana Simões Pinheiro  
Flávia Biroli**

## DEPOIMENTOS

**Gislaine da Silva  
Daíse Moraes  
Fernanda Bragatto  
Luísa Molina  
Marinês de Fátima  
Jaqueline dos Santos Rodrigues**

# Mulheres na pandemia

## A complexa teia de desigualdades e o desafio de sobreviver ao caos

A crise sanitária global impactou de modo profundo e decisivo a vida de todas as pessoas, sem exceção. Mas há um grupo social sobre o qual as dificuldades recaíram e recaem de maneira mais substancial: as mulheres. Quando se levam em conta as diferentes desigualdades – sociais, econômicas, de gênero etc –, o que já é ruim torna-se ainda pior. Esta edição da revista IHU On-Line traz à tona parte desta complexa realidade, reunindo entrevistas e depoimentos de mulheres de Norte a Sul do país.

Para **Sandra F. Bezerra Gemma**, professora na Universidade de Campinas - Unicamp, e seus orientandos, **Flavia Traldi de Lima** e **Gustavo Tank Bergström**, o fluxo contínuo de trabalho das mulheres na pandemia produz desgaste físico e sofrimento psíquico.

**Fernanda Bestetti de Vasconcellos**, pesquisadora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, adverte que o contexto pandêmico acirra não somente as situações de violência doméstica, mas também as desigualdades.

**Flávia Melo**, professora na Universidade Federal do Amazonas - Ufam, classifica o atual contexto enfrentado pelas mulheres como uma dupla pandemia, a sanitária e a de violência.

**Luana Simões Pinheiro**, doutora e mestra em Sociologia pela Uni-

versidade de Brasília - UnB, faz um retrato de como a pobreza e a desigualdade de gênero afetam a possibilidade de participação na vida política.

Segundo **Flávia Biroli**, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB, no centro dos inúmeros desafios que temos vivido estão as mulheres como principais vítimas.

A edição conta ainda com o depoimento de seis mulheres – **Gislaine da Silva**, **Daíse Moraes**, **Fernanda Bragatto**, **Luísa Molina**, **Marinês de Fátima** e **Jaqueline dos Santos Rodrigues** – com diferentes perfis, que têm vivido a pandemia de maneiras diferentes, com desafios e superações distintas.

Duas reportagens complementam a edição. A primeira delas é um compilado de dados sobre o impacto da pandemia nas mulheres, trabalho feito pelo **Observasinos**; a segunda versa sobre o natal solidário na Ocupação Steigleder, de autoria da aluna de jornalismo da Unisinos Thariany Mendelski.

Na seção Minha tese em quatro perguntas, a pesquisadora e professora **Helânia Pinheiro** apresenta sua investigação junto a uma comunidade Pataxó. Confira ainda as publicações de **Rogério L. Zanini**, **Castor M.M. Bartolomé Ruiz** e **Alexandre Alves**.

A todas e a todos desejamos uma boa leitura!





# Sumário

- 4 ■ Tema de capa | Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström: O Trabalho das mulheres na pandemia é um fluxo contínuo de atividades que gera sofrimento
- 17 ■ Tema de capa | Fernanda Vasconcellos: Pandemia acirra situações potenciais de violência de gênero
- 28 ■ Tema de capa | Flávia Melo: A luta das mulheres contra as duas pandemias, da Covid-19 e da violência de gênero
- 39 ■ Tema de capa | Luana Simões Ribeiro: As mulheres sofrem com elevados níveis de pobreza de tempo
- 46 ■ Tema de capa | Flávia Biroli: Num estado de crises em tempos pandêmicos, mulheres são as principais vítimas
- 54 ■ Depoimento | Gislaine da Silva, 31 anos
- 55 ■ Depoimento | Daíse de Moraes, 45 anos
- 56 ■ Depoimento | Fernanda Bragatto
- 57 ■ Depoimento | Luisa Molina, 32 anos
- 58 ■ Depoimento | Marinês de Fátima, 45 anos
- 59 ■ Depoimento | Jaqueline Rodrigues, 37 anos
- 60 ■ Reportagem | Thariany Mendelski: O Natal Solidário da Jaqueline
- 63 ■ Reportagem | Marilene Maia e João Conceição: Aumenta o número de mulheres trabalhadoras domésticas com ensino superior na Região Metropolitana de Porto Alegre
- 67 ■ Minha tese em quatro perguntas | Helânia Porto
- 68 ■ Publicações | Rogério L. Zanini: Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão
- 69 ■ Publicações | Castor Ruiz: Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas
- 70 ■ Publicações | Alexandre Alves: Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura
- 71 ■ Outras edições



Foto: Donna Gardner / Creative Commons

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A **IHU On-Line** é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos - IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no sítio [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br) e no endereço [www.ihuonline.unisinos.br](http://www.ihuonline.unisinos.br).

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

**Diretor de Redação**Inácio Neutzling  
(inacio@unisinos.br)**Editor Executivo**Ricardo Machado – MTB 15.598/RS  
(ricardom@unisinos.br)**Redação**João Vitor Santos – MTB 13.051/RS  
(joaovs@unisinos.br)Patricia Fachin – MTB 13.062/RS  
(prfachin@unisinos.br)Wagner Fernandes de Azevedo  
(wfazevedo@unisinos.br)**Revisão**

Carla Bigliardi

**Projeto Gráfico e Diagramação**Ricardo Machado  
Guilherme Tenher**Atualização diária do sítio**

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evlyn Zilch, Wagner Fernandes de Azevedo, Isabela Bresciani Marina da Silva, Gabriel Reis e Fred Wichrowski.

**Instituto Humanitas Unisinos - IHU**Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS  
CEP: 93022-000**Telefone:** 51 3591 1122 | Ramal 4128  
**e-mail:** [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)**Diretor:** Inácio Neutzling  
**Diretor Adjunto:** Lucas Luz  
**Gerente Administrativo:** Nestor Pilz

# O Trabalho das mulheres na pandemia é um fluxo contínuo de atividades que gera sofrimento

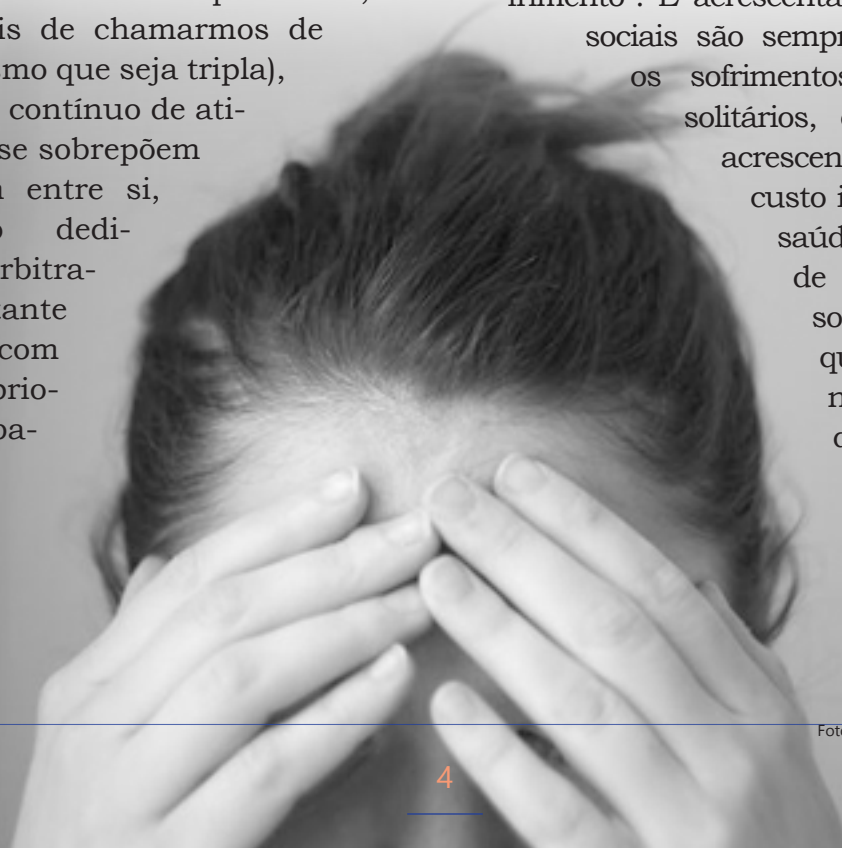
Pesquisadores observam que as atividades de cuidado, sempre legadas às mulheres, geram ainda mais sobrecarga e passam a concorrer com atividade profissional num turbilhão que absorve corpos e mentes femininos

Ricardo Machado | Edição: João Vitor Santos

**A** ideia de que a mulher tem uma jornada dupla, com atividade profissional e os trabalhos da casa, não é nova. Essa realidade, que permanece praticamente inalterada desde que elas tomaram os espaços profissionais e corporativos, acabou explodindo no contexto da pandemia. E sobra bem pouco para se tentar reconstruir depois de tamanha destruição. “Por conta da não separação entre vida e trabalho, que ficou mais evidente e se agravou no contexto da pandemia, não se trata mais de chamarmos de jornada (mesmo que seja tripla), mas de fluxo contínuo de atividades que se sobrepõem e concorrem entre si, demandando dedicação e arbitragem constante da mulher com relação às prioridades (traba-

lho, família e demais papéis)”, analisa a professora Sandra Gemma e seus orientandos Flavia de Lima e Gustavo Bergström, em entrevista conjunta ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Eles ainda analisam, nesta entrevista concedida por e-mail, que “como para trabalhar investimos nosso corpo, nossa mente e sobretudo nosso afeto, todos os resultados advindos da crise sanitária, econômica, política, entre outros, potencializam nosso sofrimento”. E acrescentando que os fatos sociais são sempre coletivos, mas os sofrimentos, individuais e solitários, os três também acrescentam que “há um custo intangível sobre a saúde (física e mental) de quem trabalha e sobre a saúde de quem não trabalha na pandemia, por diferentes razões”.





**Sandra F. Bezerra Gemma** é doutora em Ergonomia e professora da Faculdade de Ciências Aplicadas - FCA da Universidade de Campinas - Unicamp.

**Flavia Traldi de Lima** é doutoranda da Faculdade de Educação da Unicamp.



**Gustavo Tank Bergström** é mestrando do Curso Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da Unicamp.

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – Como poderíamos caracterizar o trabalho remoto para aquelas atividades em que essa modalidade é possível? Quais são suas especificidades?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – Muitos termos são empregados para sinalizar o trabalho a distância. Cotidianamente, conversando com amigos ou mesmo em reuniões profissionais, pronunciamos home office, teletrabalho, trabalho remoto, ou até mesmo o simples “trabalhando de casa” para indicar que não estamos onde tradicionalmente desenvolvemos nossas atividades. Ainda que rotineiramente a discriminação seja desnecessária, no campo jurídico é importante que tal ressalva seja feita.

A Reforma Trabalhista (Lei n. 13.467 de 2017) inseriu na CLT o termo teletrabalho (artigos 75-A a 75-E, e artigo 62, III). Com o desenvolvimento dos estudos, da Doutrina e da própria jurisprudência trabalhista, os termos teletrabalho e trabalho remoto aproximaram-se, sendo admitidos para classificar a prestação de serviços preponderantemente fora das dependências do empregador, com a utilização de Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs. Comparecimentos esporádicos às dependências do empregador, como uma reunião mensal, ou treinamentos, não são suficientes para descaracterizar o teletrabalho. Para que a modalidade seja possível, a lei de-

termina que o teletrabalho conste expressamente no contrato individual de trabalho, especificando as tarefas a serem realizadas pelo empregado.

### **Custos e equipamentos para o trabalho**

Dentre suas principais características, destaca-se que a responsabilidade pela aquisição, manutenção ou fornecimento dos equipamentos tecnológicos e de infraestrutura, bem como o reembolso de despesas arcadas pelo empregado, deverão ser previstas em contrato escrito. Um dos pontos mais sensíveis da lei é exatamente este: afinal, de quem são os custos pelos equipamentos e pela manutenção dos insumos (internet e energia, por exemplo)? A lei (art. 75-D da CLT) apenas prevê a necessidade de ajuste por escrito. O único ponto realmente esclarecido é que, caso o empregador arque, tais valores não poderão integrar a remuneração do empregado.

Ainda que utilizando linguagem ultrapassada no âmbito da saúde e segurança do trabalho, o art. 75-E determina que o empregador instrua os empregados de maneira expressa e ostensiva quanto às precauções para evitar acidentes ou doenças ocupacionais, sendo que o trabalhador deve se comprometer a seguir todas as instruções.

### **Jornadas de trabalho**

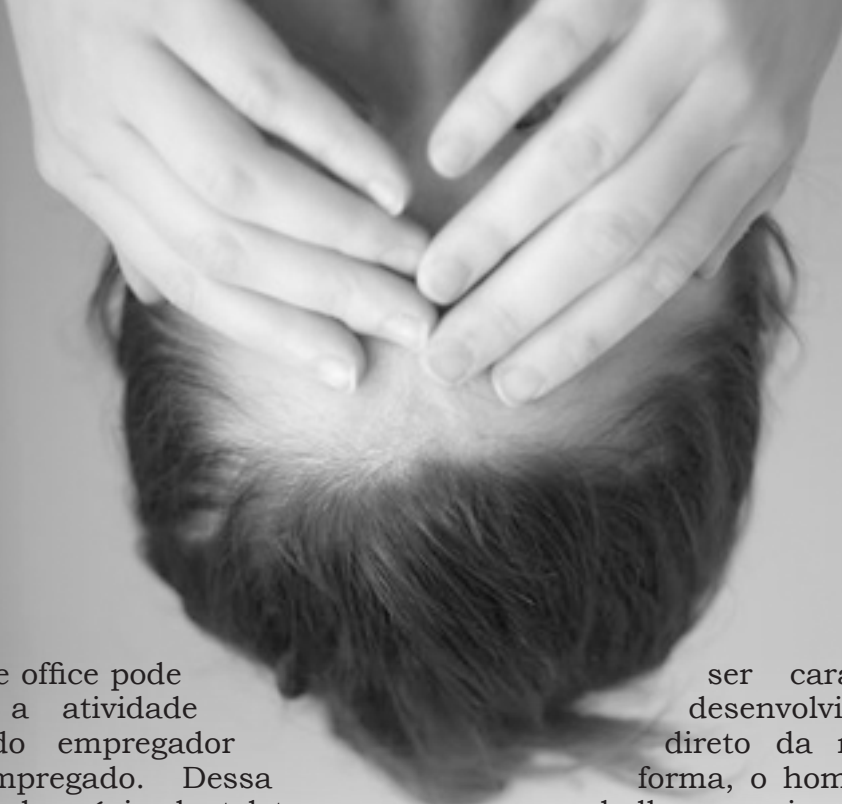
Por fim, e talvez o ponto mais polêmico do teletrabalho, característica marcante foi a exclusão da possibilidade do controle de jornada pelos empregadores, ou seja, a exclusão das horas extras na modalidade de teletrabalho (art. 62, III, da CLT). O ponto crucial é saber se, afinal, o teletrabalho é ou não é compatível com o controle de jornada, ou seja, se é possível que o empregador possa mensurar a produção e a atividade de seu empregado.

Lidando com questões fáticas, sabemos que a tecnologia, na verdade, é um facilitador do controle produtivo dos trabalhadores. Diversos aplicativos e programas foram desenvolvidos e multiplicados nas empresas durante a atual pandemia, sendo possível mensurar até mesmo quanto tempo o empregado gasta em determinada atividade. Assunto que ainda divide opiniões, é certo que a CLT, bem como toda a legislação do trabalho, deve ser analisada como um todo, de modo que outros pontos da lei demonstram que o empregado em regime de teletrabalho também está submetido ao controle de jornada e, portanto, às garantias previstas na legislação.

### **IHU On-Line – Quais são as particularidades do chamado “home office”?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – O home office foi altamente difundido durante a pandemia da Covid-19 por sua principal característica: as atividades são desenvolvidas exclusivamente da casa do empregado, auxiliando no distanciamento social e, consequentemente, no combate à disseminação do vírus.

Por outro lado, não há em nosso ordenamento jurídico conceito que defina exatamente a expressão home office. De todo modo, como citado,



o home office pode ser caracterizado como a atividade desenvolvida em prol do empregador direto da residência do empregado. Dessa forma, o home office é uma subespécie do teletrabalho e, assim, as condições laborais exercidas em home office atraem, por analogia, as regras inerentes ao regime de teletrabalho.

Portanto, de maneira simples, o teletrabalho é aquele realizado fora do espaço da empresa, com a utilização de TICs, de modo que o empregado pode trabalhar de uma cafeteria, de um hotel, de uma praça, do coworking, ou da sua própria casa. Já o home office é aquele realizado exclusivamente da casa do empregado, mantidas as demais características do teletrabalho.

### **IHU On-Line – Em linhas gerais, como estas práticas laborais a distância alteram as dinâmicas do trabalho, especialmente no caso das mulheres?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – As práticas laborais a distância alteraram as dinâmicas do trabalho, primeiramente, porque modificaram totalmente as características e os meios para realizar o trabalho. Antes um trabalhador que realizava suas atividades de forma presencial, atuava de acordo com essa modalidade, ou seja, de acordo com as disposições, arranjos e estruturas do ambiente de trabalho. O indivíduo se organizava internamente (mental e cognitivamente) para se direcionar ao trabalho e realizá-lo de acordo com as ferramentas, instrumentos, sistemas e plataformas próprias desse ambiente.

E por mais que trabalhasse em postos estritamente individualizados, também socializava o ambiente de trabalho, o que lhe possibilitava não apenas compartilhar o espaço, mas os modos de vida, sentimentos, anseios, dificuldades relativas à vida dentro e fora do trabalho. Isto é, o trabalho presencial permitia desenvolvermos nossa humanidade enquanto coletivos que se cooperam no âmbito laborativo e enquanto rede de apoio pessoal. Portanto, existe um contexto e situações de trabalho já conhecidas pelos indivíduos nesta modalidade, que faz com que os traba-



lhadores se adaptem e criem estratégias para lidar com as variabilidades e problemáticas advindas desse trabalho.

Quando pensamos na mudança da dinâmica do trabalho para a modalidade chamada home office, ou seja, na transposição do trabalho para a casa do trabalhador, entendemos que homens e mulheres repentinamente se viram diante de uma configuração e ambiente de trabalho em que traquejos e expertises já aprendidos e internalizados desapareceram de sua realidade. As mobílias da casa se tornaram postos de trabalho, o tempo de trabalho e a produtividade não é mais passível de controle e as relações do trabalho se desintegraram. Assim, de antemão, podemos dizer que para homens e mulheres tal transformação gera impactos significativos e com isso a intensificação, a precarização e a solidão no trabalho.

### **Realidade das mulheres**

Ocorre que, quando falamos sobre tais mudanças e a incorporação do home office, especificamente para as mulheres, estamos nos referindo à dupla/tripla jornada de trabalho desempenhada por elas (fluxo contínuo de atividades como veremos a seguir), composta não somente pelo trabalho remunerado, mas pelo trabalho doméstico, não remunerado, associado às tarefas do lar e do espaço doméstico, à alimentação da família, educação dos filhos, cuidado de crianças, doentes, idosos, dependentes e outros. Responsabilidades essas socialmente naturalizadas como tarefas exclusivas das mulheres.

É claro que encontramos homens realizando tarefas domésticas e outras atividades comumente desempenhadas pelas mulheres, o fato é que, assim como nos mostra a pesquisadora Helena Hirata, predominantemente os homens atuam na função de auxílio das tarefas, isto é, ocupam esse lugar de forma suplementar.

Podemos dizer, então, que a dinâmica de trabalho remunerado das mulheres, além de ser alterada de forma estrutural ao passar a ser desempenhada no ambiente da casa e carregar as implicações de um trabalho remoto mais intensificado, controlado, precário e destituído de apoio, adquire características mais acentuadas pela concorrência estabelecida entre as atividades de trabalho material e simbolicamente reconhecidas e não reconhecidas.

### **IHU On-Line – Como a Medida Provisória 927/2020 impactou os direitos dos trabalhadores?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – A Medida Provisória 927/2020, norma emergencial para o enfrentamento da pandemia de 2020 e com vigência encerrada (de 22/03/2020 a 19/07/2020), trouxe inúmeras alterações às relações de trabalho. Como a MP teve por objetivo a manutenção da economia, muitas polêmicas surgiram durante sua vigência, uma vez que direitos trabalhistas foram subvertidos da noi-



te para o dia. Sem a pretensão de esgotar o tema, algumas das alterações que mais impactaram as relações de trabalho foram:

- **Teletrabalho:** ao contrário do que garante a lei, a MP autorizou empresas e instituições de trabalho a adotar o regime de teletrabalho, ainda que não houvesse acordos individuais ou coletivos, ou seja, à revelia do empregado. Tal possibilidade não respeita a vontade e as particularidades de cada trabalhador, uma vez que impositiva;

- **Segurança do trabalho:** um dos pontos mais controversos da MP foi a suspensão de exigências administrativas em saúde e segurança do trabalho, inclusive treinamentos periódicos e eventuais dos trabalhadores;

- **Doença ocupacional:** o artigo 29 da MP preconizava que os trabalhadores que adquirissem a Covid-19 não seriam considerados doentes ocupacionais (isto é, doentes que foram contaminados com enfermidade no exercício de sua atividade laboral), incluindo, por exemplo, todo o corpo clínico de um hospital que lidasse diretamente no tratamento de pessoas infectadas. Tal artigo, dada sua perversidade, foi considerado inconstitucional pelo STF;

- **Limitação das atividades de auditores fiscais do trabalho:** também considerado inconstitucional pelo STF, o art. 31 da MP limitava a atividade dos auditores fiscais do trabalho durante o período de calamidade pública;

- **Profissionais da Saúde:** a MP autorizou a prorrogação da jornada de trabalho de profissionais da área de saúde (incluindo atividades insalubres e jornada de 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso);

- **Férias e Feriados:** a MP autorizou a antecipação de férias e feriados aos trabalhadores, mesmo que, no caso das férias, o período aquisitivo ainda não estivesse completo;

- **Banco de horas:** a MP autorizou que empresas usassem o banco de seus funcionários para compensar a suspensão das atividades. Ou seja, os funcionários que se ausentassem de suas funções durante a pandemia deveriam compensar a ausência com horas extras de trabalho após o fim da crise;

- **FGTS:** a MP também suspendeu a necessidade de recolhimento de FGTS durante o período de calamidade pública; entre outros.

Percebe-se, portanto, que muitas foram as alterações que abalaram as relações de trabalho durante a vigência da MP 927/2020. Por outro lado, o seu encerramento aos 19/07/2020 retornou a legislação trabalhista ao seu status quo, significando importante vitória da classe.

### **IHU On-Line – Como e por que as implicações advindas da pandemia do coronavírus impactam diferentemente homens e mulheres?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – Justamente porque as responsabilidades reprodutivas, aquelas concernentes

à manutenção do lar e cuidado, são naturalizadas como exclusivas das mulheres. Na pandemia, essas desigualdades comumente existentes no sistema reprodutivo são exacerbadas, visto que, em decorrência do distanciamento e isolamento social, aumento de doentes, do fechamento das escolas e da ampliação do trabalho remoto – em alguns casos –, recaem sobre o gênero feminino, de forma acentuada, o trabalho não remunerado, invisível e não reconhecido simbólica e materialmente.

Isto é, na situação de pandemia, como a atenção com a saúde se tornou maior, também se intensificou a responsabilidade das mulheres. Agregaram, dessa forma, precauções de higiene do lar, desinfecção de compras/materiais adquiridos, educação das crianças para o uso de máscaras e álcool em gel, auxílio às crianças nas tarefas da escola de forma remota, cuidado para evitar a Covid-19 junto aos demais membros da família e outros, cuidado daqueles que se infectaram, apoio emocional e psicológico para enfrentamento da nova realidade de vida trazida pela pandemia bem como para lidar com o luto (perdas humanas e materiais).

Ou seja, para além das tarefas do trabalho remunerado e não remunerado anteriormente assumidas pela mulher, incorpora-se, com a pandemia, o trabalho de prevenção e promoção da saúde de si e dos demais familiares. Um acúmulo ainda maior de tarefas que concorrem entre si, portanto. Nessa condição, pode-se dizer que o tempo de trabalho e o de não trabalho tornam-se impossíveis de se dissociar e distinguir, situação que corrobora, por conseguinte, a destituição dos tempos de descanso e lazer da mulher.

### **IHU On-Line – Que tipo de consequências, não obstante a dupla ou tripla jornada de trabalho, incluindo o trabalho não remunerado, essas novas dinâmicas laborais têm trazido às mulheres?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – Por conta da não separação entre vida e trabalho, que ficou mais evidente e se agravou no contexto da pandemia, não se trata mais de chamarmos de jornada (mesmo que seja tripla), mas de fluxo contínuo de atividades que se sobrepõem e concorrem entre si, demandando dedicação e arbitragem constante da mulher com relação às prioridades (trabalho, família e demais papéis). A gestão do tempo, do espaço e da técnica, tão caros ao mundo do trabalho, se tornou mais complexa, não somente em termos materiais e instrumentais, afinal a casa é um posto de trabalho adaptado e frequentemente precário, mas também em termos comunicacionais.

A comunicação, que já era um problema evidente no mundo do trabalho, a despeito das tecnologias atuais, ficou ainda mais comprometida pelo distanciamento social e teletrabalho. Soma-se a tudo isso a gestão da vida em família que sabidamente sobrecarrega mais as mulheres.

Como para trabalhar investimos nosso corpo, nossa mente e sobretudo nosso afeto, todos os resultados advindos da crise sanitária, econômica, política, entre outros, potencializam nosso sofrimento. Lembrando





## A naturalização desses processos que culminam em sobrecarga de trabalho às mulheres se reproduz pelo que chamamos de “divisão sexual do trabalho”

aqui que os fatos sociais são coletivos, mas o sofrimento se encontra na esfera individual.

Nesse sentido, há um custo intangível sobre a saúde (física e mental) de quem trabalha e sobre a saúde de quem não trabalha na pandemia, por diferentes razões. Conhecemos muito bem as patologias do desemprego. O trabalho nunca é neutro em relação à nossa saúde, tanto pode ser fator de construção da nossa identidade e saúde quanto promotor de adoecimento (físico e mental) e até mesmo levar ao suicídio.

### **Buscando saídas**

Existem perguntas aparentemente simples que precisamos entender se queremos buscar saídas. O que é o trabalho? O que é trabalhar? Como se dá a relação saúde-trabalho para quem trabalha? Obviamente aqui se refere se é um trabalho feito por homens ou mulheres por conta das questões da divisão sexual do trabalho em nossa sociedade. Ainda é preciso investigar o que muda no modo do teletrabalho?

Sabemos, por meio das pesquisas em ergonomia e em psicopatologia do trabalho, que as mulheres constroem lógicas, narrativas e experiências de trabalho muito distintas das dos homens, bem como há diferenças significativas em como se enfrentam os riscos no trabalho e se desenvolvem estratégias de superação. Afinal, trabalhar é constantemente colocar seu corpo (gestos, posturas, ações comunicacionais), sua inteligência (raciocínio, memória, percepção) e seu afeto (engajamento) para resolver os constantes problemas que toda ação humana enfrenta e que não podem ser totalmente antecipados, por melhor que seja a concepção e o planejamento do trabalho.

A pandemia afeta diferentemente o trabalho de mulheres, sobretudo daquelas que necessitam de recursos específicos, de uso expressivo de concentração, silêncio. A sobrecarga do fluxo contínuo de atividades, sem direito ao descanso, pode afetar a saúde.

O repouso, o sono, o desligar dos afazeres, aquilo que convencionalmente chamamos de “preguiça”, é o motor da descoberta (de si e do mundo). Sendo assim, parece que as mulheres têm muito menos chances de criar,

de fazer avançar seu campo de trabalho, inclusive na ciência, na medida em que seu tempo está todo tomado.

Contemplar, pensar, compartilhar são atividades necessárias e que estão ainda mais restritas, quando não totalmente ausentes para as mulheres na pandemia.

### **IHU On-Line – De onde vem a “naturalização” desses processos de sobrecarga das mulheres e por que essas práticas são normalizadas?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – A naturalização desses processos que culminam em sobrecarga de trabalho das mulheres se reproduz pelo que chamamos de “divisão sexual do trabalho”, um conceito discutido pela socióloga Danièle Kergoat, que estuda o trabalho a partir das relações sociais de sexo. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho tem por característica, exatamente como comentado anteriormente, a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva, ou seja, ao trabalho reconhecido social e economicamente, e, contrariamente, a mulher à esfera reprodutiva.

A partir, portanto, do princípio de que existe trabalho de homens e trabalho de mulheres e a valoração do trabalho dos homens em detrimento do trabalho das mulheres, estabelecemos, socialmente, representações de feminino e masculino, que reduzem práticas sociais a papéis sexuais. Tais princípios fazem com que na prática nos deparemos com profissões e ocupações predominantemente compostas por homens ou mulheres.

O processo de feminização das ocupações permite que encontremos majoritariamente mulheres nas áreas de saúde e educação, como nas profissões de enfermagem e docência, por exemplo. No entanto, para além da influência de homens e mulheres em determinadas categorias, setores e ocupações no trabalho, essa opressão de gênero também se torna um expoente de exploração da classe social feminina, mais precarizada e sujeita a menores remunerações e maiores dificuldades de ascensão.

### **Mulheres na informalidade e desigualdade de salários**

Em nosso país hoje a inserção predominante de mulheres em ocupações informais e a desigualdade salarial entre homens e mulheres é um fato. A naturalização da divisão sexual, bem como a exploração da força de trabalho feminina advinda dela, torna-se, portanto, uma estratégia funcional de acumulação e reprodução do capital, inclusive porque o trabalho reprodutivo desempenhado pelas mulheres sustenta o trabalho produtivo dos homens, se pensarmos que o trabalhador para ser economicamente produtivo necessita de condições objetivas e subjetivas que o reproduzam.

Não podemos nos esquecer que para além das relações de sexo, a naturalização e a normalização de práticas desiguais no trabalho também se apresentam de forma interseccional quanto à raça, classe, etnia e outros. Assim, se desejamos um mundo mais justo e igualitário no trabalho e para além dele, necessitamos refletir sobre práticas socialmente

construídas por meio de estruturas ideológicas patriarcais e suas mais diversas expressões.

### **IHU On-Line – Como o controle digital sobre as atividades remotas de trabalho adicionam uma camada a mais de estresse e pressão psicológica às trabalhadoras?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – O controle rígido sobre o trabalho é um problema antigo da produção e que afeta as pessoas de múltiplas formas. O controle digital também não é novo, sobretudo no setor industrial e de serviços onde as epidemias de LER/DORT (lesões por esforços repetitivos/ distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho) e de sofrimento e adoecimento psíquico abundam.

O problema do controle (digital ou não) é que ele não é capaz de medir o trabalho das pessoas, mas somente o resultado do trabalho (geralmente se medem somente os resultados positivos e não os negativos). É impossível medir o que se faz no trabalho, tudo que investimos (corpo, mente, afeto) para que as atividades sejam feitas, todos os insucessos das ações que precisam ser novamente empreendidas para que o resultado seja alcançado.

Para uma mesma tarefa o investimento de tempo e esforço pode ser muito diferente, dependendo da natureza da tarefa (ensino, vendas, cuidado de pessoas doentes...), das condições de contorno (ambiente, tecnologias, tempo, espaço, exigências de quantidade, qualidade...), de quem a executa (seu estado interno de atenção, fadiga), bem como o sentido que atribuímos ao que fazemos. No trabalho o sentido do que fazemos é muito importante e as tarefas destituídas de significado e demandantes são geralmente fonte de aborrecimentos e sofrimento. Quando o sofrimento é uma constante, seus efeitos patogênicos se fazem sentir sobre o corpo e a mente.

### **Mundo do trabalho desumano e insuportável**

Sob a égide das novas formas de gestão por resultados, metas, produtividade, temos criado um mundo do trabalho quase desumano e insuportável, não somente para aqueles que usualmente eram os alvos, os operários, mas também categorias muito valorizadas socialmente, como os juizes, por exemplo, que também estão sujeitos à governança por números, afinal ela se instalou não somente no mundo do trabalho nas empresas, mas igualmente sobre os serviços públicos. Vemos que, apesar dos novos termos criados pela gestão, suas práticas permanecem ainda muito atreladas aos pressupostos da organização científica do trabalho. Uma visão distorcida que associa o trabalho ao cumprimento de regras.

Todos sabemos que se apenas seguirmos as regras o trabalho não avança, daí a estratégia da greve do zelo, ou da operação padrão, pois os trabalhadores já sabem de longa data que, se forem adotadas estritamente, as regras inclusive se tornam improdcentes. Trabalhar é em grande



parte uma ação transgressora, baseada numa ética construída nos coletivos de ofício, do que se entende por um trabalho bem-feito, de qualidade.

Aliás, outro ponto importante a discutir aqui é o conflito da qualidade, pois a qualidade que os gestores esperam pode ser bem diferente da qualidade que as pessoas almejam no trabalho, aquela que lhes dá sentido. Uma trabalhadora da limpeza hospitalar pode ser cobrada por área limpa (m<sup>2</sup>) independente de se este local a ser limpo é um quarto de paciente, corredor, sala de espera. Ocorre que ao entrar no quarto de um paciente afilto ela investe tempo em conversar com ele/a antes de limpar, porque entende que isto contribui para a sensação de qualidade que o paciente irá aferir do serviço hospitalar, vê sentido nessa atuação que não é puramente de limpeza, mas que cria o clima para que ela possa limpar. Ela vê um sentido na interação com o paciente, que pode ser completamente desprezada por uma visão apenas instrumental da limpeza. Esperar que uma visita termine uma conversa com o paciente e ter que reprogramar a volta ao quarto para a limpeza é um valor que a trabalhadora preza, e não somente o quanto da meta de limpeza ela vai conquistar.

Essa dimensão do cuidado na limpeza, se abolida, pode não somente fazer sofrer a trabalhadora, mas igualmente comprometer o resultado do serviço prestado pelo hospital. Ou seja, neste exemplo, a trabalhadora parece mais atenta à qualidade do serviço, vista de forma mais abrangente e integradora.

### **Conhecer os trabalhos e suas singularidades**

A “pressão psicológica”, para usar o termo proposto na pergunta, esconde também uma pressão física e cognitiva que sobrecarrega as mulheres, e que tem relação direta com suas condições de trabalho e de vida na pandemia. Novamente aqui as generalizações nos ajudam pouco, é preciso buscar conhecer quem é que trabalha (e aqui há um verdadeiro abismo de diferenças entre homens e mulheres)? O que faz? Como faz? Quais são as dificuldades que este tipo de trabalho determina no aqui e agora? É preciso conhecer o trabalho na sua singularidade e este é um grande desafio para nós analistas do trabalho.

As generalizações de categorias e grupos profissionais são importantes para pensar estratégias coletivas de melhorias das condições de trabalho, mas escondem as causas singulares responsáveis pelos acidentes e adoecimentos no trabalho.

É curioso, pois aquele mito de que “longe dos gestores as pessoas não trabalham” parece ter se esfacelado na pandemia. As pessoas permanecem produtivas e algumas avaliam que estão ainda mais produtivas...

### **IHU On-Line – Neste contexto de precarização do trabalho formal e de intensificação do trabalho doméstico não remunerado, como avaliam a possibilidade de uma renda básica universal?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – A busca do enfrentamento das complexas questões sociais, de saúde e de trabalho está diretamente vinculada à questão das políticas públicas. O Estado

brasileiro precisa assumir sua responsabilidade na garantia de direitos aos cidadãos e cidadãs. Nesse sentido, lutar por direitos que privilegiem a vida e a preservação da natureza parece basilar, independente do formato ou do nome que possamos atribuir. A renda básica universal pode ser uma das saídas. No entanto, apesar do sustento na crise ser algo fundamental, fica ainda a questão do sentido da atividade humana, do direito que devemos ter de aportar algo no mundo por meio de nossa expressão, que no mundo adulto ocorre no trabalho.

### **IHU On-Line – Desejam acrescentar algo?**

**Sandra Gemma, Flavia de Lima e Gustavo Bergström** – Temos muito que avançar na construção do conhecimento científico nas ciências do trabalho, sobretudo na construção da interdisciplinaridade, que permita avançar também na gestação de um saber prático pautado nas experiências das trabalhadoras e dos trabalhadores. A visão da comunidade científica ampliada, proposta na Itália por Oddone, ainda não foi totalmente realizada, ou seja, precisamos construir o conhecimento e a transformação em parceria com aquelas e aqueles que trabalham.

Mas há ainda uma urgência, a de se levar em conta o que já sabemos sobre o ser humano em situação de trabalho, sua variabilidade interindividual (gênero, etnia, idade, formação, experiência, cultura...) e intraindividual (não somos os mesmos pela manhã e à noite, nas segundas e sextas, aos 20 ou 60 anos...) sobre os determinantes da relação saúde trabalho, a necessidade de reconhecimento (material e simbólico do trabalho) para que ações mais efetivas possam ser tomadas pelos gestores nos locais de trabalho, pelos responsáveis na elaboração de políticas públicas que possam dar conta de resolver os problemas antigos (que ainda persistem) e os novos do mundo do trabalho (que se agravam e se diferenciam na pandemia) e que incessantemente são produzidos.



# Pandemia acirra situações potenciais de violência de gênero

Fernanda Vasconcellos analisa dimensões da desigualdade no que toca, especialmente, às mulheres que estão em situação de maior vulnerabilidade e risco de sofrer violências

Ricardo Machado

**S**obrecarga, tensões e medo. A pandemia da Covid-19 intensificou de forma abrupta e intensa esses três vetores que marcam a vida de muitas mulheres submetidas às desigualdades sociais, de gênero e profissionais, o que leva a diferentes situações de violência. “A pandemia acabou trazendo consigo o acirramento do estresse nas sociedades, de ansiedades, de depressões. Certamente, este será também um problema bem expressivo e precisaremos de muita atenção para controlá-lo”, pondera a professora e pesquisadora Fernanda Vasconcellos, em entrevista por e-mail ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Ao contexto particular, do dia a dia das mulheres, soma-se a não efetivação de direitos constitucionalmente previstos, mas, quando muito, colocados em prática de forma parcial e descontínua. “Não tivemos direitos civis garantidos e distribuídos e os direitos sociais teriam sido ‘presenteados’ aos brasileiros por elites políticas, a partir do governo Vargas (podemos pensar, por exemplo, na CLT)”, salienta.

Neste sentido, a pesquisadora pensa a renda básica universal como uma política importante, mas que deve ser complementada por meio de outros programas. “Acredito que programas de renda básica universal sejam de grande importância, principalmente em contextos de desigualdade social e econômica tão grandes como o brasileiro. Se pensarmos no Bolsa Família, por exemplo, ainda que o mesmo não seja capaz de retirar da pobreza seus destinatários, ele auxilia mães a terem acesso a itens de consumo necessários para a subsistência de seu núcleo familiar”, complementa.





**Fernanda Bestetti de Vasconcellos** é professora adjunta do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Segurança Cidadã da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, possui mestrado em Ciências Sociais pela PUCRS e bacharelado em Ciências Sociais pela UFRGS. É pesquisadora visitante no Departamento de Criminologia da Universidade de Ottawa, no Canadá, e atua como pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas de Segurança e Administração da Justiça Penal - GPESC e do Instituto Nacional de Estudos Comparados em Administração Institucional de Conflitos - INCT-INEAC.

Confira a entrevista.

### **IHU On-Line – O que são as expectativas de gênero e como elas se tornam dispositivos sociais agenciadores de violência?**

**Fernanda Vasconcellos** – Podemos dizer que expectativas de gênero são uma espécie de regramento comportamental que recai sobre todos os indivíduos de uma sociedade e, mesmo que seja prejudicial a suas trajetórias de vida, são reforçadas pelo imaginário social.

Dito de outra forma, podemos pensar que estão ligadas ao modo como a sociedade espera que seja o comportamento de um indivíduo, tanto no espaço público, quanto no privado: tradicionalmente, estas expectativas costumam estar vinculadas a práticas que, quando não respeitadas, podem acabar sendo sancionadas através de agressões físicas, verbais e psicológicas (quando consideramos o controle social informal, que é aquele praticado por vizinhos, familiares, amigos, colegas etc.) e as violências institucionais (se considerarmos o controle social formal, praticado por instituições do Estado).

Em nossa sociedade, onde opera uma lógica binária acerca destas expectativas, podemos dizer que se espera que uma mulher seja boa mãe, boa dona de casa, que seja uma excelente profissional (tudo isso junto!), que tenha sua sexualidade controlada (caso contrário é socialmente observada como vulgar, desonrada), que se vista adequadamente (que não use roupa curta demais). Em relação aos homens, espera-se virilidade,

força, comportamento extremamente assertivo (algo que costuma estar em uma linha muito tênue entre assertividade e agressividade) etc.

As expectativas de gênero podem ser consideradas como uma espécie de “faca de dois gumes” e o não cumprimento de tais expectativas podem, sim, se tornar dispositivo social agenciador de violências múltiplas, tanto na esfera privada, quanto na esfera pública. Falo em “faca de dois gumes”, pois dependendo da junção com outras questões da vida em sociedade, podem ser tidos como negativos.

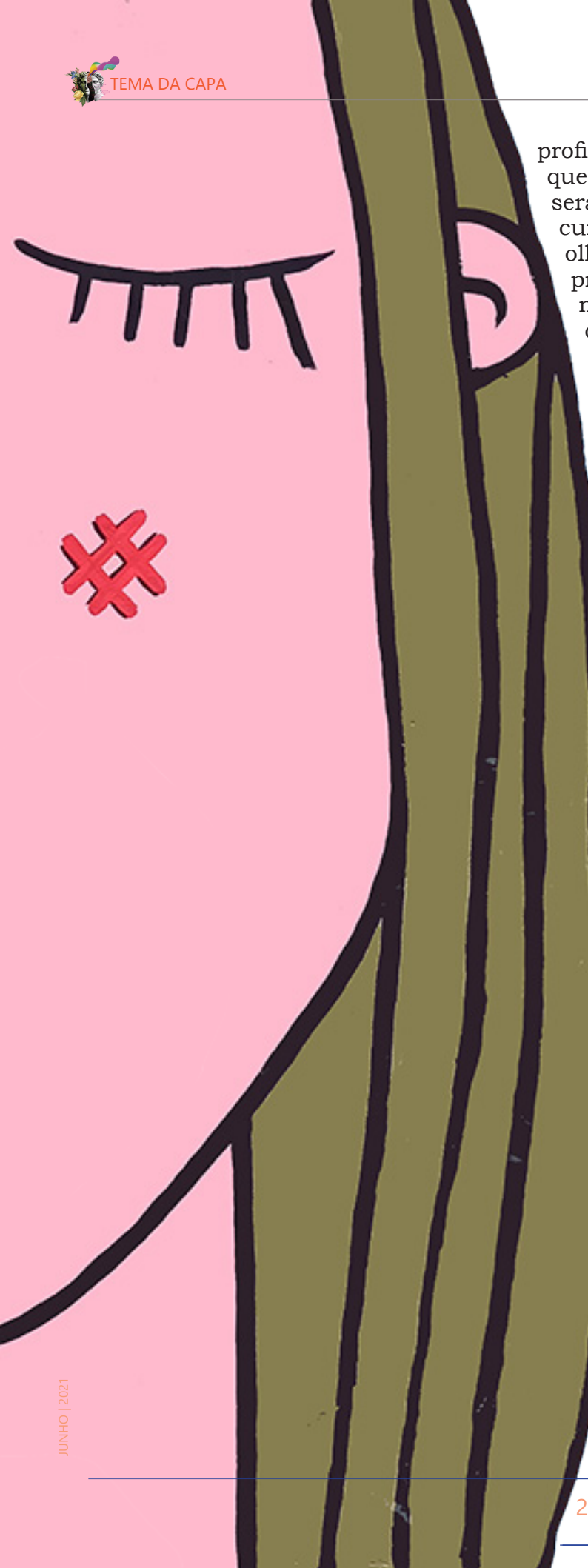
Para exemplificar o que quero dizer, convido meu (minha) interlocutor(a) a exercitar o que chamamos de “imaginação sociológica” para analisar o caso da morte do menino Henry Borel, ocorrida no dia 08 de março de 2021. A partir das investigações policiais realizadas acerca do caso, a mãe do menino e o padrasto seriam responsáveis pelo homicídio da criança.

Muitas matérias jornalísticas realizadas após o término do inquérito policial apresentam a mãe do menino como uma mulher bonita e muito vaidosa, que apreciava vestir-se bem, que se comportava adequadamente no espaço público. Se voltarmos às expectativas de gênero ligadas a um ideal inatingível de juventude e beleza eternos, que não recaem da mesma forma sobre os diferentes gêneros, não há o que julgar no comportamento feminino acima descrito. Porém, estas características certamente serão utilizadas pela sociedade que julga um crime bárbaro (no caso, o envolvimento na morte do próprio filho) como desabonadoras, uma vez que se cria toda uma narrativa que coloca estas expectativas acerca da vaidade como negativas, já que aparecem nesse discurso como mais importantes do que o cuidado com o filho, algo imperdoável.

Logicamente, não estou comparando uma mãe que participa da morte do filho a milhares de outras mães que trabalham, que são vaidosas, que gostam de vestir-se bem e, para que possam dar conta de tantos afazeres, contam com o trabalho remunerado de outra (normalmente) mulher para cuidar de seus filhos. O que quero chamar a atenção é o fato de que tais expectativas de gênero também são armadilhas, que dependendo da circunstância, transformam-se em elementos de uma narrativa que torna mais grave e mais terrível a conduta da agente.

Ainda pensando no exercício proposto: será que se esta mãe usasse roupas simples, não fosse considerada uma mulher bonita, que não se preocupasse com sua aparência, a narrativa construída em torno do caso a tornaria “menos culpada”? Obviamente, o caso deve possuir milhares de informações que não são de conhecimento geral, mas posso garantir, através de pesquisas realizadas em tribunais do júri, em que mulheres eram réis, que estas expectativas de gênero são utilizadas de um modo bastante flexível, de modo a construir narrativas que abonem ou desabonem a conduta destas agentes.

Se considerarmos a violência institucional praticada contra mulheres, podemos lembrar do caso da blogueira Mariana Ferrer, culpabilizada por uma autoridade judicial por usar roupas curtas, fazer uso de bebidas alcoólicas e tais questões “provocarem” o estupro do qual foi vítima. Podemos pensar também no atendimento policial prestado a uma mulher



profissional sexual vítima de violência: será que o atendimento prestado a esta mulher será o mesmo dado a uma outra mulher que cumpra as demais expectativas de gênero a olhos vistos? Ou ainda: será que a mulher profissional sexual não pode ser uma boa mãe e uma pessoa que realiza com cuidado todos os afazeres domésticos?

**IHU On-Line – Como a pandemia criou um contexto de acirramento dos conflitos domésticos e de que ordem eles são?**

**Fernanda Vasconcellos** – É bastante possível que sim, que estejamos vivendo um acirramento dos conflitos violentos domésticos durante a pandemia. Mas, infelizmente, não existem dados oficiais que demonstrem o quão grande seja tal acirramento. A pandemia acabou por manter unidos durante um período temporal muito mais expressivo (se consideradas rotinas anteriores, onde casais passavam menos tempo juntos), o que acaba, muitas vezes, dificultando o acesso de mulheres em situação de violência a serviços de segurança pública. Sobre esta barreira, não há dúvidas.

Além disso, dinâmicas violentas anteriores possivelmente sejam acirradas em um contexto em que se passa mais tempo juntos, em que existem muitas incertezas sobre o futuro, onde há uma constante preocupação em sobreviver no meio do caos em que estamos imersos. Além disso, o fato de estarem fechados em suas residências, sem o convívio com pessoas que possam observar a existência ou mesmo as marcas da violência conjugal, também é um fator a ser considerado.

Se voltarmos às expectativas de gênero femininas no espaço privado, considerando mulheres com filhos em casa, com o trabalho doméstico mais intenso, com dificuldades de desempe-

nhar adequadamente as atividades profissionais (para aquelas que trabalham em home office) ou com dificuldades financeiras pela perda de emprego, ousar dizer que, se levamos ao pé da letra todas as expectativas colocadas em nós mulheres, teríamos de nos tornar super-heroínas para sermos este ser “perfeito”. O fato é que, assim como não vivemos em um conto de fadas em que somos princesas e nem somos super-heroínas, certamente algumas das expectativas serão frustradas.

Não são todas as frustrações que resultarão em violência física, mas o somatório delas certamente gerará algum tipo de conflito. Este conflito pode, sim, ser interno, pelo fato de nós mulheres nos cobrarmos um padrão de excelência inatingível, e também pode ocorrer com nossos parceiros e, nestes casos, tais conflitos podem tomar a forma de discussões, de violência psicológica e de violência física, quando há um acirramento das frustrações.

**IHU On-Line – A sobrecarga do trabalho remunerado e não remunerado (os cuidados com a casa, os filhos, os idosos) recai especialmente sobre as mulheres. Como esses fatores estão ligados direta ou indiretamente à violência contra as mulheres?**

**Fernanda Vasconcellos** – Considerando que não existem super-heroínas que sejam capazes de dar conta perfeitamente de todas as atividades domésticas, de cuidado e profissionais a serem realizadas no ambiente doméstico e que, muito provavelmente, isso gerará frustrações no que se refere às expectativas de gênero, é possível imaginar que sim. Isso fará diferença tanto no que se refere às relações conjugais onde episódios anteriores de violência doméstica e/ou familiar já estavam presentes antes da pandemia, quanto nos casos que foram iniciados em um momento mais recente.

Temos, com a pandemia, uma mistura de elementos bastante importantes para imaginarmos os motivos desse tipo de violência: aumento considerável de consumo de álcool, depressão, estresse, ansiedade, incerteza sobre o futuro, crise econômica, vida familiar intensificada dentro de casa etc. Juntando esses fenômenos com a frustração das expectativas sobre o gênero feminino, temos certamente uma mistura bastante oportuna para o acirramento destas violências.

**IHU On-Line – Como a sobrecarga do chamado homeschooling também se tornou um peso extra na fatigada rotina feminina? É possível vislumbrar impactos para adultos e crianças?**

**Fernanda Vasconcellos** – Para responder a primeira parte desta pergunta, sou obrigada a pensar na minha realidade. Tenho dois filhos: um de quatro e outro de doze anos, ambos com atividades escolares em andamento através de plataformas virtuais. Minhas atividades de trabalho seguem existindo, inclusive tenho a impressão de que se tornaram



mais “pesadas” (para se ter uma ideia, respondo a entrevista com meu filho mais novo sentado ao lado, pedindo atenção).

Qualquer pessoa que se encontre em uma situação similar à minha, muito possivelmente concordará que, sim, o homeschooling (e o convívio intensificado com filhos, unido à indispensabilidade de atenção constante às suas necessidades), tornou-se um peso extra bastante expressivo em minha rotina de trabalho. Para além disso, é claro que existem outras dificuldades: sou professora universitária de sociologia, consigo auxiliar meu filho mais velho em questões relacionadas a temas de humanidades. Agora, se aparecem dúvidas sobre exatas, por exemplo, tenho um problema. Reforço meu argumento sobre o homeschooling ser, sim, um peso extra maior ainda para aquelas mães que desenvolvem outras atividades profissionais que não são relacionadas à área da educação.

Já sobre a segunda parte da pergunta, posso utilizar dados da ciência para responder: sim, sem dúvidas, é possível vislumbrar impactos do homeschooling (não só em nível de aprendizado, como de sociabilidades) tanto para crianças como para adultos. Pensemos: o tal homeschooling existe pelo fato de não podermos ter aulas presenciais. Na instituição onde sou professora, chamamos estas aulas a distância através de plataformas digitais de “Ensino Remoto Emergencial”. E creio ser importante prestar atenção na palavra “emergencial”. Todos(as) fomos pegos(as) de surpresa com a pandemia. Muitas instituições privadas conseguiram dar um suporte mais expressivo para seus docentes, o que não ocorreu da mesma forma na esmagadora maioria das instituições públicas.

Além disso, alunos e alunas dessas diferentes instituições possuem condições materiais diversas e essas condições diversas já tornavam suas possibilidades de vida distintas. E aqui, temos um ponto muito importante a ser considerado na área da educação: a pandemia certamente tornou mais desigual ainda os processos de aprendizagem e certamente tornará nossa sociedade mais desigual, caso não sejam pensadas políticas públicas que busquem diminuir o impacto dessa desigualdade.

Quanto aos docentes, certamente tivemos que aprender novos modelos de aulas, criar mecanismos diferentes para tornar as aulas agradáveis aos alunos (algumas pesquisas têm mostrado que as exposições constantes às telas são absolutamente mais cansativas do que as aulas presenciais). Pessoalmente, creio ser interessante o fato de termos de nos reinventar enquanto professores, mas tenho consciência de que esta realidade também não é verificada da mesma forma por todos(as). Porém, ainda que creia que, pessoalmente, seja interessante esta reinvenção, não posso deixar de considerar que o momento que vivemos no campo da educação é absolutamente perverso, no sentido em que amplia desigualdades sociais.

Outro fator importante a ser considerado são as diferentes formas de sociabilidades forçadas pela pandemia. Já utilizávamos aplicativos de mensagens e vídeo para nos comunicarmos, lógico. Manuel Castells, importante sociólogo (e atualmente ministro das universidades na Espanha) que pesquisa há anos o que seria a revolução informacional, já nos indicava consequências em diversos âmbitos sociais deste processo de transformação das relações interpessoais e interinstitucionais, desde a década



CALLAR  
DUELE  
MÁS

distribuição destes direitos como algo bastante problemático no contexto brasileiro. Seus estudos nos remontam ao período anterior à proclamação da República e nos mostram que, ainda que acreditemos que o povo brasileiro participou ativamente deste processo, na prática, tal movimento foi pensado e colocado em prática pelas elites políticas. O autor nos fala também sobre o processo de distribuição dos direitos no Brasil, tecendo uma espécie de explicação acerca da dificuldade de utilizar a teoria de T. H. Marshall (autor inglês, bastante conhecido nas ciências sociais para que entendamos processos de obtenção dos três âmbitos de direitos – civis, políticos e sociais – para que exista, de fato, o que o autor chama de cidadania) no contexto brasileiro. Carvalho explica que, diferentemente do que sustenta Marshall em sua teoria, o Brasil teria vivido um processo “ao avesso” do contexto explicado pelo segundo: não tivemos direitos civis garantidos e distribuídos e os direitos sociais teriam sido “presenteados” aos brasileiros por elites políticas, a partir do governo Vargas (podemos pensar, por exemplo, na CLT). Obviamente, na perspectiva de Carvalho, isso não ocorreu de modo desinteressado, ou seja, tal distribuição teria ocorrido para que o povo não percebesse o autoritarismo do período e a diminuição de seus direitos políticos.

Essa brevíssima explanação sobre os escritos de José Murilo de Carvalho tem como objetivo convidar o(a) interlocutor(a) a pensar na dificuldade vivida pela população brasileira em ter acesso a direitos constitucionalmente garantidos. É claro que não me refiro aqui a todos os brasileiros. Outro autor bastante importante a tratar do assunto da cidadania em nosso contexto, Marcelo Neves, fala em dois diferentes grupos, com acessos diferentes a direitos e deveres legais (em que, em uma sociedade extremamente desigual, os direitos são distribuídos desigualmente).

Assim, se pensarmos em nosso contexto político atual, creio que já posso adiantar que é realmente uma questão bastante complexa pensar em políticas públicas voltadas para o enfrentamento e garantia de direitos das mulheres em um contexto pandêmico. E digo isso pensando, mais ainda, no caso daquelas que vivem um contexto de violência doméstica e/ou familiar.

Porém, voltemos à “imaginação sociológica” e pensemos em um contexto ideal onde direitos constitucionais fossem igualmente distribuídos (ainda assim, possivelmente, teríamos respostas distintas para distintos grupos de mulheres, uma vez que não existe um conceito uníssono ou monolítico sobre o que é “mulher”). Pensando no caso de mulheres que vivem um contexto de violência, é possível afirmar, a partir de experiências internacionais, como ocorre na província de Ontário, no Canadá, que programas que garantam uma renda mensal suficiente para que estas mulheres possam reconstruir suas vidas longe do agressor, sem depender de seus recursos financeiros, seja algo muito interessante. Além disso, políticas públicas de segurança, que sejam capazes de responder rapidamente, atuando diretamente na interrupção do conflito violento e evitando um acirramento da violência, também podem ser citadas como interessantes. Complementando, é extremamente necessário lembrar que tais políticas devem ter um caráter transversal, no sentido de contar não

somente com instituições de segurança pública, mas com assistência social, saúde, sistema de justiça e educação.

### **IHU On-Line – Qual tem sido o papel do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos na construção de políticas públicas de proteção às mulheres?**

**Fernanda Vasconcellos** – Nenhum. E é bastante desanimador responder a uma pergunta tão importante desta forma. Lembro que, lá em 2014, quando terminava de escrever minha tese de doutorado, me questionava acerca das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres existentes possuírem um caráter “assistencialista” (o que, na época, me parecia algo bastante ruim, uma vez que, do meu ponto de vista, poderiam não ser capazes de solucionar os problemas vivenciados por um longo período do tempo, porque pareciam estar mais vinculadas a políticas de governo e não de Estado). E atualmente, quase sete anos depois, vivemos um período de total desmonte de qualquer política pública baseada em evidências científicas, de um desmonte de estruturas governamentais preocupadas com diferentes violências sofridas por mulheres (desde os casos vinculados à Lei Maria da Penha, até um terrível retrocesso em relação ao pouco que havia sido caminhado em relação às práticas de abortamento seguro e legal).

Há poucos anos discutíamos seriamente sobre educação sexual nas escolas (buscando utilizar materiais construídos através de bases científicas e pedagogicamente adequados), com a preocupação também de incidir na diminuição dos casos de violência sexual na infância e adolescência. É muito desanimador verificar que todo um projeto coletivo e importante acabou sendo desmontado por questões que vão desde a produção de fake news sobre o assunto, que passam pela ideia esdrúxula de que incentivar-se-iam práticas sexuais precoces com o ensino, que haveria um acréscimo alarmante dos índices de jovens que não estivessem de acordo com a heteronormatividade. Então, nos encontramos em um contexto em que somos brindados com discursos oficiais que pregam a ideia de que “meninos vestem azul e meninas rosa”.

Voltando à pergunta, sinto uma enorme dificuldade em lembrar de qualquer política pública ou mesmo construção de uma agenda programática efetiva no que se refira à proteção das mulheres pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no atual governo. Digo isso não por ter uma memória prejudicada, mas porque já começo problematizando a existência de um único Ministério para tratar de questões tão complexas e, muitas vezes, conflitantes.

Pensando nas pesquisas que realizei nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher, lembro de me deparar diversas vezes com casos em que só haveria a possibilidade de cessar as violências sofridas por algumas mulheres pela própria dissolução da união conjugal. Essa observação me levou a criticar inúmeras vezes (assim como outras pesquisadoras acabaram por apontar) que a atuação de magistrados(as) que atuavam nestes juizados e incentivavam práticas para que não fosse desfeita tal união (sob a justificativa de que não fosse separado o núcleo



familiar, buscando evitar o sofrimento de filhos em comum, ou mesmo pelo “amor” existente entre as partes envolvidas no conflito), uma vez que a percepção de uma sacralidade familiar parecia ser mais importante do que fazer cessar as violências sofridas por aquelas mulheres.

Mais ainda, me questiono sobre o que seria a percepção acerca de “Direitos Humanos” do atual governo. Honestamente, encontro substanciais dificuldades para entender que ligação este conceito possa ter, por exemplo, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da qual o próprio Brasil é signatário. Como se pensar no respeito aos direitos humanos em um país que, até o atual momento, tem tratado a pandemia de Covid-19 como se fosse (ainda!) uma “gripezinha”, que possui um Ministério da Saúde que se mostra absolutamente incapaz de lidar de forma eficaz com os processos de vacinação, de adequação e mesmo de utilização de protocolos sérios para evitar o (maior) alastramento de uma doença tão grave?

Também me pergunto como verificar os direitos humanos de pesquisadores, de docentes, de gestores que possuem percepções ideológicas distintas do presidente da República, quando vão a público demonstrar sua insatisfação e acabam por sofrer sanções institucionais, quando estes fazem parte do funcionalismo público. Onde está a liberdade de pensamento e de manifestação do mesmo?

Tenho, sim, consciência de que a pergunta não parece diretamente relacionada a algumas destas questões que levanto com minha resposta. Porém, considero que tais apontamentos ajudam a demonstrar o imobilismo de um Ministério, através de um imobilismo do próprio governo federal em diferentes questões, as quais, no final das contas, acabam por entrelaçar, de modo perverso, diversos problemas sociais no Brasil, que acabaram sendo amplificados com a pandemia.

### **IHU On-Line – Como a senhora vê propostas como a renda básica universal? Ela poderia contribuir, em algum sentido, para a redução da violência contra mulheres?**

Fernanda Vasconcellos – Acredito que programas de renda básica universal sejam de grande importância, principalmente em contextos de desigualdade social e econômica tão grandes como o brasileiro. Se pensarmos no Bolsa Família, por exemplo, ainda que o mesmo não seja capaz de retirar da pobreza seus destinatários, ele auxilia mães a terem acesso a itens de consumo necessários para a subsistência de seu núcleo familiar.

Porém, no caso em discussão, é bastante complicado afirmar que o programa seja capaz, por si só, de reduzir os casos de violência contra mulheres. Aqui, existem dois fatores a serem considerados: os dados sobre violência doméstica e familiar contra a mulher não apresentam quedas significativas mesmo depois da criação do programa (ao contrário, podemos observar um crescimento nos registros oficiais de violência), e a existência de uma cifra oculta acerca destes casos de violência (a qual

## A pandemia acabou trazendo consigo o acirramento do estresse nas sociedades, de ansiedades, de depressões. Certamente, este será também um problema bem expressivo e precisaremos de muita atenção para controlá-lo

possivelmente seja bastante grande) que não nos permite fazer afirmações exatamente precisas sobre a questão.

Além disso, volto a insistir na necessidade da criação de uma agenda programática voltada para a equidade entre gêneros, enfrentamento e erradicação da violência contra a mulher, a qual necessita ser colocada em prática através da implementação de políticas públicas transversais. Tais políticas necessitam ser pensadas por meio de um levantamento de dados empíricos sobre a realidade social e construídas a partir de uma rede formada por instituições de educação, saúde, assistência social, segurança pública, judiciário e comunidades.

Mais que isso, é necessário que tais políticas públicas sejam frequentemente monitoradas, no sentido de verificar problemas, e redesenhadas, de modo a enfrentá-los. Por fim, e o mais difícil de tudo, em minha opinião, é que sejam transformadas em políticas de Estado e não de governo, garantindo, assim, sua continuidade.

Voltando à pergunta, acredito, sim, que programas de renda básica universal possam auxiliar na redução das violências contra mulheres. Porém, é preciso considerar que grande parte destas violências possuem dinâmicas que vão além da questão financeira, mas que estão relacionadas a expectativas de gênero, a ciclos de violência, a existência de filhos em comum etc. Portanto, para que, de fato, consigamos enfrentar o problema, temos de lidar com questões multifatoriais.

# A luta das mulheres contra as duas pandemias, da Covid-19 e da violência de gênero

Pesquisadora da Ufam traz as nuances dos processos históricos de violência contra mulheres, agravada durante a pandemia global que se estende por mais de um ano no Brasil

Ricardo Machado

O Brasil da pandemia, do recorde de mortes por Covid-19, do crescimento do desemprego e da fome, é também o país em que o embrutecimento e violência contra mulheres se transforma em um contexto de luta dupla pela vida. “O repertório [de violências contra mulheres], infelizmente, é muito vasto. Os tipos observados no Amazonas repetem a tipologia nacional: lesão corporal, ameaças, ameaças de morte e o conjunto de calúnia, injúria e difamação – diferentes violências verbais, que se diferenciam de acordo com as circunstâncias em que ocorrem – aparecem com bastante evidência”, pontua a professora e pesquisadora Flávia Melo, em entrevista por teleconferência ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Some-se a isso a dificuldade, em especial devido à necessidade de distanciamento social, de notificar e apurar os casos de violência. “O que os registros apontam é que, embora escassas as informações sobre os agressores, há uma participação muito importante de militares. Militares de

diferentes patentes e de diferentes forças, sejam eles das Forças Armadas ou das Polícias Militares, sejam agentes de outras forças, inclusive a Polícia Civil”, revela a pesquisadora. “Há conjuntos de informações que nos mostram como é importante olhar para a relação entre a militarização da Amazônia e a violência contra mulheres indígenas, mas não apenas. Isso nos permite uma aproximação para contextos militarizados mais recentes, como é o caso do Rio de Janeiro”, complementa.

Diante deste contexto, em especial na região Norte do Brasil, o trabalho das mulheres indígenas, ante o descaso do Estado, é o que tem “garantido o sustento, a retaguarda e uma política de redução de danos na Amazônia”. “As mulheres e as mulheres indígenas, que têm se organizado para se proteger da violência, da pandemia e para apresentar às suas comunidades respostas que deem pelo menos algum conforto e proteção, xamânica que seja, mas também material, para enfrentar estas duas pandemias: a pandemia da Covid-19 e da violência contra mulheres”, ressalta.





**Flávia Melo** é bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Amazonas - Ufam, mestra em Antropologia Social pela Universidade de Campinas - Unicamp e doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo - USP. Atualmente é professora na Ufam com atuação nas áreas de Estudos de Gênero, Políticas Públicas e Fronteira na região amazônica do Alto Rio Solimões, tríplice fronteira de Brasil, Peru e Colômbia.

Confira a entrevista.

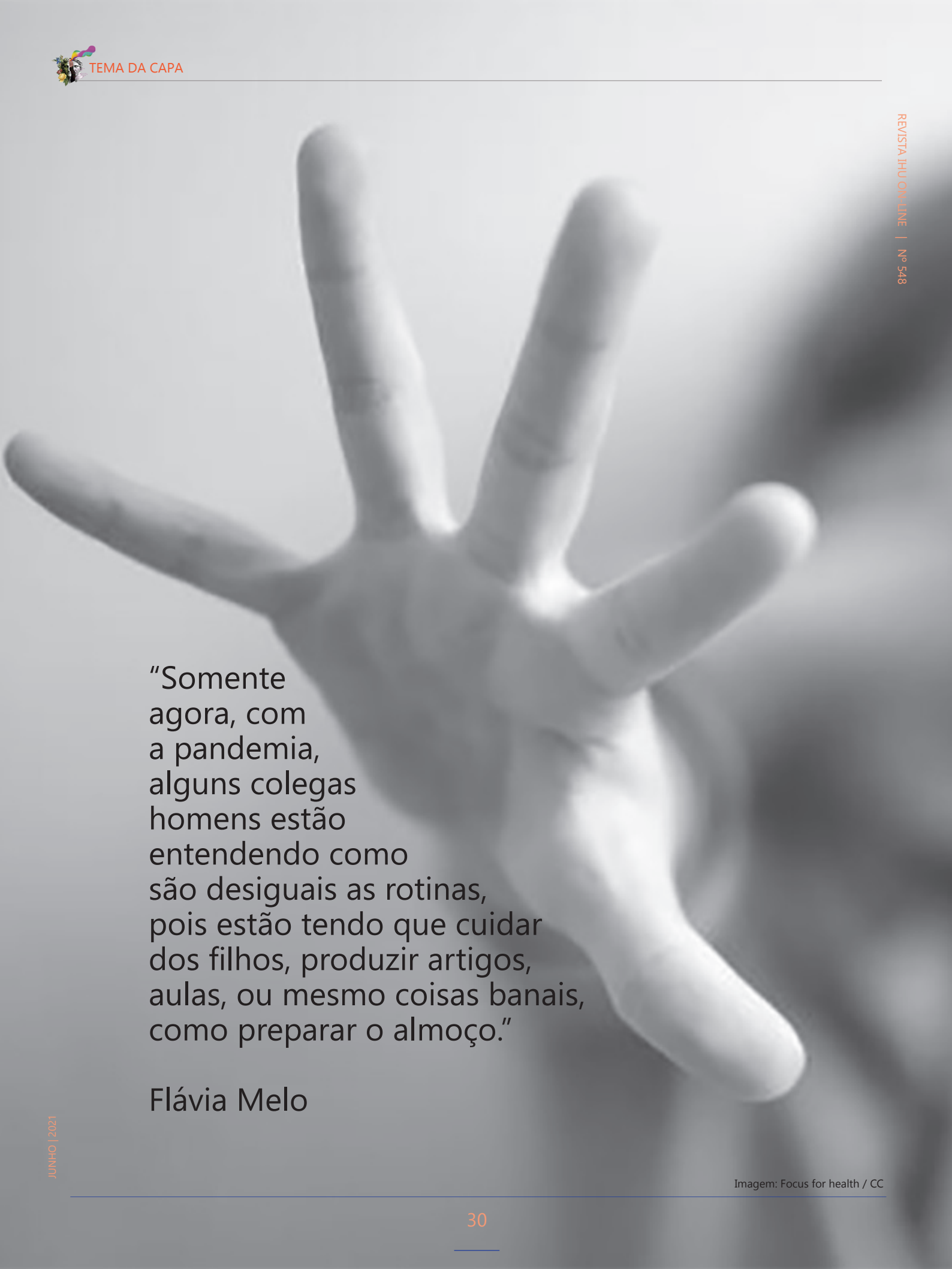
### **IHU On-Line – Como tem se caracterizado a violência doméstica contra mulheres durante a pandemia?**

**Flávia Melo** – Do que temos acompanhado ao longo do tempo, que se prolonga mais do que podíamos imaginar, temos notado que as peculiaridades estão bastante relacionadas à relação destas mulheres em situação de violência, em diferentes idades, com a precarização das redes de apoio. Havia um consenso na comunidade científica, pelos primeiros estudos, sobretudo pelo que vimos na China e na Itália, de que o isolamento demandado pela pandemia como prevenção à Covid-19 poderia acirrar os conflitos domésticos. Entre as pesquisadoras brasileiras havia um consenso de que tudo isso traria consequências para as relações domésticas e familiares.

O fato é que com a pandemia a rede tradicional, o sistema de apoio público-estatal foi tremendamente afetado. É importante que se diga que não estamos falando de uma rede de proteção e de serviços públicos que funcionavam plenamente antes da pandemia, mas mesmo nesses serviços, ainda que precários, o acesso pelas pessoas se tornou mais complicado. Isso porque uma das principais características para quem estuda e vivencia situações de violência doméstica contra mulheres é que as nossas redes de apoio e solidariedade, inclusive as redes de pesquisa, tiveram que se adequar e conhecer uma nova dinâmica e, a partir de então, forjar outras possibilidades de enfrentamento dessas violências.

Trata-se de um processo em curso. Evidentemente, durante este período vimos surgir, em todo o país, ferramentas virtuais de atendimento às mulheres, redes de apoio psicológico on-line, bem como outros mecanismos de denúncia como apitaços e painéis em algumas comunidades para alertar sobre a situação. Vários foram os dispositivos criados para que houvesse dinâmicas possíveis de oferecer algum suporte a estas mulheres. Entretanto, em termos da dinâmica da violência – é muito tempo em que estamos confinadas e confinados, mas pouco tempo para conhecer empiricamente e analisar essas transformações –, essas mudanças fo-





“Somente agora, com a pandemia, alguns colegas homens estão entendendo como são desiguais as rotinas, pois estão tendo que cuidar dos filhos, produzir artigos, aulas, ou mesmo coisas banais, como preparar o almoço.”

Flávia Melo

ram aceleradas por coisas exteriores ao lar, como é o caso do desemprego, que tem crescido, o desaparecimento dos benefícios de proteção social, a chegada muito tardia e a interrupção muito precoce do Auxílio Emergencial, que volta em uma versão muito precária. A violência doméstica durante a pandemia se entrecruza com esses processos de pauperização das famílias brasileiras e isso tem impactado essas novas dinâmicas que não apenas a permanência prolongada daqueles homens e mulheres que puderam se isolar em casa.

### **IHU On-Line – Que tipos de dados sobre violência doméstica são coletados pelo Observatório da Violência de Gênero da Universidade Federal do Amazonas? Como eles são tratados metodologicamente?**

**Flávia Melo** – Pesquisas desta natureza se concentram em uma fonte documental, que são os inquéritos policiais ou os processos que estão no âmbito do sistema de justiça. Aqui no Amazonas, e é importante chamar atenção para este detalhe, há um fato que se repete em muitas pequenas cidades brasileiras, não apenas na Região Norte. Existe um sistema muito precário de comunicação das informações policiais das pequenas cidades para a capital, onde as informações são processadas e tratadas, uma vez que a segurança pública, no ordenamento federal, é uma competência dos Estados e não dos municípios. Já tive conhecimento de situações similares em cidades nordestinas e em cidades do Norte, o que possivelmente pode ser observado no Sul. No caso do Amazonas, em especial, essa transmissão de informações é comprometida pelo precário serviço de acesso à Internet. Em nosso Estado, como Observatório, decidimos, por conta dessas limitações e pela escassez de fontes volumosas para o que nos interessava em cobrir todo o território, estudar os boletins de ocorrência policial.

São poucos os estudos no Brasil que se dedicam a isso. Nós fizemos uma coleta que teve início em 2012 e mantivemos isso até os tempos atuais – claro, com a pandemia está interrompida –, com uma coleta in loco. A nossa equipe visita essas pequenas cidades amazonenses, e já visitamos 17 dos 63 municípios que compõem o Estado, e nessas delegacias, com prévia autorização, copiamos de diferentes formas esses registros e alimentamos um banco de dados que hoje já possui mais de 18 mil ocorrências que compreendem a coleta entre 2012 e 2019, quando levantamos dados de São Gabriel da Cachoeira, a cidade mais indígena do país, em que temos informações de dez anos de registros policiais. Esta é a coleta mais completa de todos os municípios que já fizemos. Mas isso depende de disponibilidade e condições desses arquivos, bem como das autorizações que temos para acessá-los.

Coletamos todos os dados de violência contra mulheres, não somente os de violência doméstica. Como tratamos estes dados metodologicamente? Esse banco de dados em excel é convertido em linguagem “R” para nossa equipe estatística, que, por sua vez, atualiza taxas a partir da classificação do Código Penal Brasileiro de modo que são traduzidos para a linguagem penal – nos casos em que originalmente não estão especi-

ficados. Em face das diferenças populacionais do Estado do Amazonas não podemos, simplesmente, replicar taxas de estupro do Estado de São Paulo, por exemplo.

Nossa equipe estatística coordenada pelo James Dean dos Santos Junior, que está conosco desde o início do trabalho, ajusta os dados e as taxas para que possam ser comparadas com as nacionais. Isso produz o Mapa (<https://ovgam.com/>) da violência de gênero, em que os tipos de violências e as taxas podem ser comparados internamente no Estado do Amazonas. Além disso, desenvolvemos com ajuda de um estudante da graduação um aplicativo que permite um acesso didático mais simples, para leigos e leigas, bem como a pesquisadores, destas informações. Por meio desses dispositivos se pode acessar a naturalidade de vítimas e agressores, o tipo de arma, a idade, selecionar o tipo de crime por idade ou cidade, o tipo de relação entre vítimas e agressores, com mais de 20 variáveis a partir dos dados que coletamos sobre todas as violências contra mulheres das delegacias de polícia das cidades que visitamos.

### **IHU On-Line – O que é linguagem “R”? Para que serve?**

**Flávia Melo** – Trata-se de uma linguagem de programação muito utilizada por estatísticos. Trabalhamos com essa plataforma, de linguagem “R”, então fazemos a conversão desse banco que originalmente é construído em excel, de onde surge a produção de todos os mapas e todos os cálculos. É uma linguagem de programação de acesso livre. Resumidamente é isso.

### **IHU On-Line – Segundo as pesquisas realizadas pelo Observatório, a que tipos de violência doméstica as mulheres estão submetidas?**

**Flávia Melo** – O repertório, infelizmente, é muito vasto. Os tipos observados no Amazonas repetem a tipologia nacional: lesão corporal, ameaças, ameaças de morte e o conjunto de calúnia, injúria e difamação – diferentes violências verbais, que se diferenciam de acordo com as circunstâncias em que ocorrem – aparecem com bastante evidência. Estão no topo dos maiores números de registros.

Temos notado, com estudos aprofundados, que as taxas de estupro têm um comportamento mais severo que em algumas cidades brasileiras, levando em conta as correções proporcionais necessárias. Uma coisa interessante é que as queixas de perdas e furtos de documentos passaram a aparecer nesse repertório de violência doméstica. Mais tarde, com o aprofundamento das pesquisas, identificamos uma relação entre esta queixa e os benefícios sociais – como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada - BPC – na pré-pandemia. Durante a pandemia,



porém, não tivemos condições de afirmar que isso também ocorre com o Auxílio Emergencial.

### **IHU On-Line – O que se sabe sobre a atuação da Secretaria da Mulher, vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, na construção de políticas públicas de proteção às mulheres?**

**Flávia Melo** – Desde o final de 2015 começamos a acompanhar no Brasil um desmonte da estrutura nacional de enfrentamento à violência contra mulheres. Tínhamos, nos anos anteriores, uma sequência de conferências de políticas para mulheres em todos os níveis da federação. Além disso, havia um plano de políticas para mulheres e desde 2007 o pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra mulheres, que era uma política articulada em campos temáticos, tais como, mulheres em situação de prisão, mulheres com HIV, exploração sexual de crianças e adolescentes, violência doméstica e familiar. Antes ainda, em 2006, houve a aprovação da Lei Maria da Penha e o último marco, em 2015, nesse campo nacional de políticas públicas, foi, finalmente, a qualificadora do homicídio, o feminicídio. Desde então o que temos acompanhado é um trabalho que investe na desarticulação de uma política federal de proteção às mulheres articulada com estados e municípios. Não tivemos mais a realização de conferências públicas, um plano de políticas para mulheres, pior ainda, temos campanhas muito esparsas e que não se dedicam a enfrentar a violência contra a mulher de uma forma mais ampla, o que justamente era o grande mérito do Pacto nacional de enfrentamento à violência. Tratava-se, neste contexto, de entender que uma vida sem violência necessita de uma série de outras políticas de proteção às mulheres, como tem ficado cada vez mais evidente com a pandemia e o acirramento da violência doméstica.

Recentemente, a Secretaria da Mulher lançou um painel sobre direitos humanos, que congrega dados do 180 – Disque Lei Maria da Penha –, que parece ter informações interessantes, mas é importante que se diga que esse serviço vem sendo progressivamente desestruturado. Esta é uma criação de anos anteriores aos governos Bolsonaro e Temer, pois data da primeira gestão de Dilma Rousseff. O que se sabe é que há um trabalho insistente da nova secretaria em fortalecer uma categoria acusatória muito difundida no Brasil e que é chamada de “ideologia de gênero”, que nos traz tremendos prejuízos para a luta contra a violência contra mulheres porque é pejorativa e desestimula a pesquisa e a atuação pública no âmbito da violência. Nós sabemos que essa secretaria, declaradamente, tem uma atuação muito tímida na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos. No caso daquela menina do Espírito Santo, a atuação da Secretaria foi persecutória, tentando impedir o direito constitucional ao aborto daquela criança violada dentro da própria família. Infelizmente existem políticas dispersas, medidas de muito impacto midiático e um trabalho intensivo de desestruturação de políticas públicas de proteção às mulheres que impede, progressivamente, a costura transversal que foi



trabalhada durante 15 anos para a construção de políticas às mulheres brasileiras.

**IHU On-Line – O que explica o Brasil ter leis avançadas no direito à proteção de mulheres, como, por exemplo, a Lei Maria da Penha, mas ainda assim ser um país com índices alarmantes de violência?**

**Flávia Melo** – Minha resposta leva em conta meu acúmulo de pesquisas e leituras ao longo desses anos, desde 2006, portanto não se trata de uma resposta que leva em conta uma investigação particularizada sobre o tema. A minha impressão é a de que, no Brasil após a constituinte, investimos em um trabalho bastante insistente de construção de um arcabouço legal na proteção de diferentes direitos. Nesse contexto se inclui o direito à proteção das mulheres.

Nós nos felicitamos com a Lei Maria da Penha, pois lutamos para consegui-la e agora para preservá-la, porque agora também está sob ameaça, infelizmente, de diferentes formas. Mas esse investimento na produção de leis, por exemplo, no caso da Lei Maria da Penha, foi somente em 2006 que o Brasil, mesmo sendo signatário da Convenção Interamericana de enfrentamento a todas as formas de violência contra mulheres, consegue aprová-la. É importante que se diga que houve um litígio internacional em que a Maria da Penha acionou a Organização dos Estados Americanos - OEA e o Brasil foi condenado. Em função dessa penalização o país teve que, finalmente, indenizar a Maria da Penha, desenvolvendo um aparato legal para coibir esse tipo de violência. Portanto, nossa lei muito bonita e muito avançada foi resultado, de um lado, desse litígio e, de outro, de uma mobilização internacional intensa. A Lei Maria da Penha não nasceu no Congresso, mas de um processo de audiências públicas, de atuação feminista, inclusive de parlamentares feministas que mobilizaram o Brasil inteiro para a elaboração da lei.

Contudo, entre a lei e o impacto na vida das mulheres há um hiato gigantesco. Parte deste hiato tem a ver com o que argumentava na questão anterior, isto é, a desestruturação de políticas públicas. O que garante a efetividade de uma lei como a Maria da Penha? A existência de uma delegacia bem preparada e estruturada para atender estas mulheres, um atendimento que seja capaz de entender a dinâmica da violência contra as mulheres e que não puna, nem revitimiza estas mulheres, que não imponha a elas outras dinâmicas de violência institucional.

Isso demanda um judiciário célere, que possa autorizar e fiscalizar as medidas protetivas, acompanhando esses processos. Isso requer uma rede de proteção social que permita à mulher ser abrigada em hotel e albergues, o recebimento de auxílio financeiro e, mais do que isso, um trabalho de formação cidadã e escolar que prepare, desde a infância, homens e mulheres, para relações de igualdade de gênero. O que temos visto, desde 2014, é um trabalho incisivo, inclusive da atual ministra da Mulher, mesmo antes de ocupar o cargo, de impedir que existam espaços de discussão sobre igualdade entre homens e mulheres, bem como

equidade de gênero. Esse é um processo muito maior que não opera por “mágica” apenas com a sanção de uma lei.

Descobri há pouco o Instagram (e confesso que sou um pouco avessa a esse trabalho das redes sociais, pois tem um volume de informação que me cansa um pouco) e encontrei um vídeo que tem um moço que canta com a filha e faz uma nova versão de uma música infantil, que tradicionalmente diz assim “Minhoca, minhoca me dá uma beijoca” e a minhoca responde “Minhoco, minhoco, não dô, não dô, não dô”; e ele responde “Minhoca, minhoca, então eu vou roubar”, mas na nova versão elas cantam “Minhoca, minhoca, então vou respeitar”. Este é um exemplo banal, mas muito acessível e necessário para entendermos que as relações de equidade e respeito precisam ser cultivadas desde muito cedo. No canção infantil há essas assimetrias, como no caso do “cravo [que] brigou com a rosa”, no “minhoco que rouba o beijo da minhoca”, e como estas informações vão trabalhando entre nós, desde criança, uma autorização à violência, em especial à autorização de violação aos corpos femininos. Nós precisamos de leis avançadas e proteger a Lei Maria da Penha, que é também uma lei ameaçada em nosso país, mas também é necessário criar outros mecanismos para incidir de forma mais decisiva na vida das mulheres.

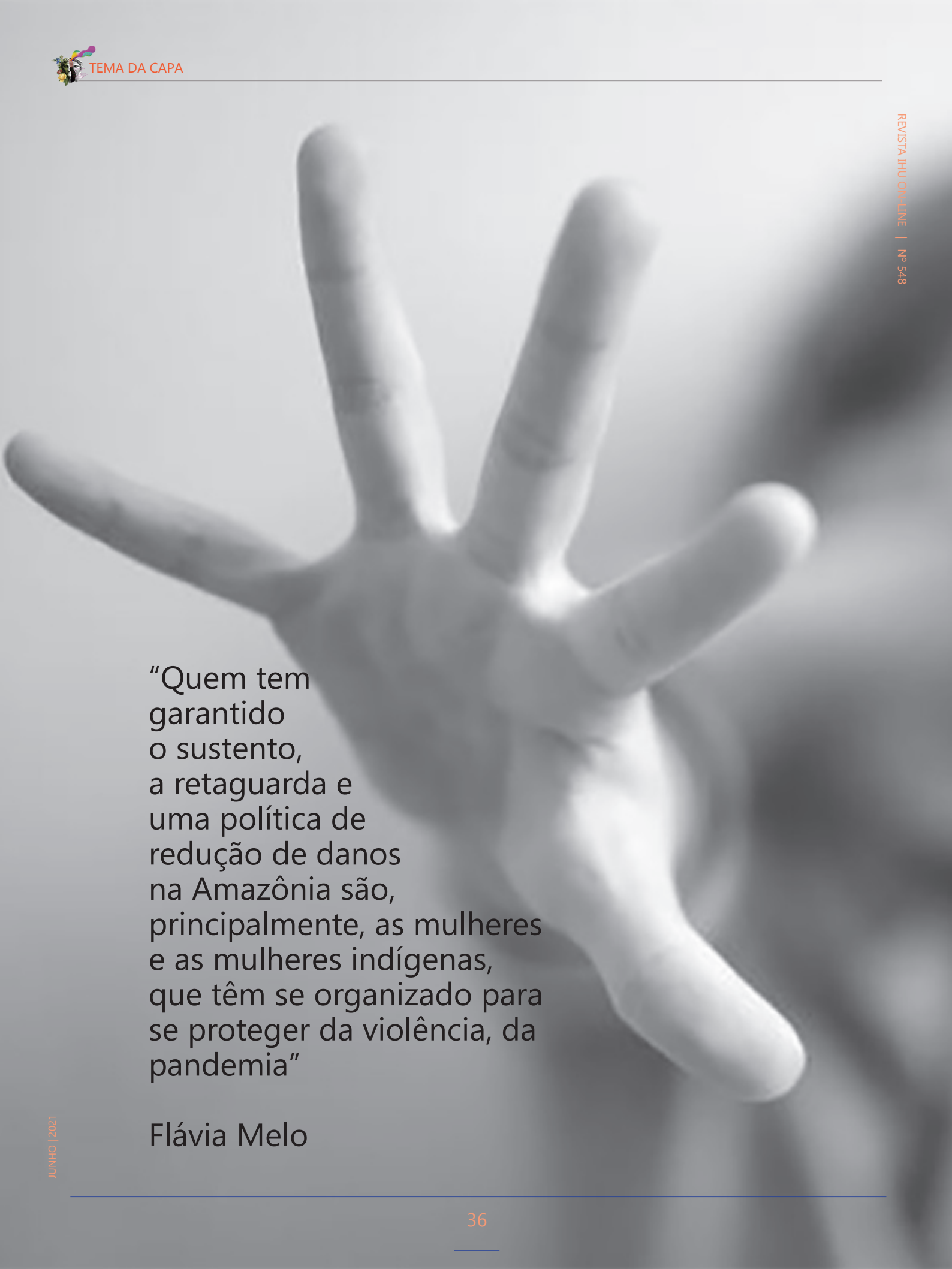
### **IHU On-Line – Na prática, como essa iniquidade aparece em coisas corriqueiras?**

**Flávia Melo** – Somente agora, com a pandemia, alguns colegas homens estão entendendo como são desiguais as rotinas, pois estão tendo que cuidar dos filhos, produzir artigos, aulas, ou mesmo coisas banais, como preparar o almoço. Inclusive isso aparece no caso de homens que se definem como “desconstruídos”, mas que só agora estão entendendo essas dinâmicas e como elas afetam as mulheres em particular.

### **IHU On-Line – Como o feminicídio foi impactado pela pandemia?**

**Flávia Melo** – No Amazonas em 2020 foi registrado um aumento e em 2019, curiosamente, o informe oficial dizia que houve uma retração nos dados do feminicídio, que eram 12 e passaram para nove. Acredito, para além da subnotificação, muito comum, que há um problema na tipificação desse tipo de crimes. A qualificadora do feminicídio não tem uma perspectiva de gênero e menciona que é estritamente mulheres que tenham sido mortas por sua condição de mulher. Aí muito facilmente os casos de feminicídio são identificados e classificados como tal quando envolvem marido e mulher.

Existe o problema da identificação do crime de feminicídio, de quando ele foi cometido dentro da dinâmica que a lei prevê. Ainda estão chegando a nós os números dos feminicídios cometidos por maridos contra mulheres, companheiros contra companheiras, crimes afetivos que acontecem no âmbito dessas relações. Mas há, por outro lado, uma gama de crimes que a gente não conhece, mas não porque não tenham registro, senão porque não são abarcados na categoria de feminicídio. Profissio-



“Quem tem garantido o sustento, a retaguarda e uma política de redução de danos na Amazônia são, principalmente, as mulheres e as mulheres indígenas, que têm se organizado para se proteger da violência, da pandemia”

Flávia Melo



nais do sexo estão ainda sofrendo, e dificilmente conseguimos computar essas mulheres como vítimas de feminicídio. Sem contar que não conseguimos contemplar as mulheres trans nessa qualificadora. Para entendermos melhor a dinâmica do feminicídio na pandemia, temos que entender melhor esses recortes fora da esfera doméstica e das relações familiares, para compreender o quanto aumentou.

O que podemos perceber, sugerido pelas notícias que chegam, é que, sim, os números devem ter aumentado, infelizmente. Não somente contra mulheres, bem como outros crimes letais que têm assoberbado nosso Estado, mas também o Brasil todo.

### **IHU On-Line – De acordo com seus estudos, há alguma particularidade nos dados do Amazonas em relação ao resto do país?**

**Flávia Melo** – Estamos confirmando os cálculos, mas uma coisa que já percebemos é que as taxas de estupro, devidamente corrigidas, comparadas com taxas nacionais não são nada desprezíveis. Mas temos que, ainda, analisar melhor as dinâmicas, as faixas etárias, detalhar, enfim, para falar um pouco mais a respeito disso. Essa, porém, é uma constatação que vem sendo trabalhada por nossa equipe estatística há algum tempo.

A outra questão é a invisibilidade da violência contra mulheres indígenas. Iniciamos esse trabalho em 2018, em São Gabriel da Cachoeira, trabalho que tem o protagonismo de uma iniciativa do Departamento de Mulheres Indígenas da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro, que mostra a necessidade de qualificarmos os informes produzidos na região para que possamos melhor identificar e estudar a violência contra mulheres indígenas.

Em relação a esse trabalho, temos notado ainda que os dados do perfil dos agressores são muito limitados – afinal os boletins de ocorrência não nos dão esta informação –, por isso trata-se de um trabalho de arqueologia dos registros de violência contra mulheres, o que necessitamos fazer muitas vezes. O que os registros apontam é que, embora escassas as informações sobre os agressores, há uma participação muito importante de militares. Militares de diferentes patentes e de diferentes forças, sejam eles das Forças Armadas ou das Polícias Militares, sejam agentes de outras forças, inclusive a Polícia Civil.

Há que se olhar com muita atenção na Amazônia para as dinâmicas de violência contra mulheres indígenas e relações interétnicas e de poder que atravessam essa sociabilidade. É fundamental olharmos com calma para os agentes que perpetraram essa violência e para o pertencimento deles às corporações militares. Para se ter uma ideia, há uma reportagem dos anos 2000 na Folha de São Paulo em que mencionava a grande demanda de pensões alimentícias de mulheres indígenas contra militares, especialmente soldados. Há conjuntos de informações que nos mostram como é importante olhar para a relação entre a militarização da Amazônia e a violência contra mulheres indígenas, mas não apenas. Isso nos per-



mite uma aproximação para contextos militarizados mais recentes, como é o caso do Rio de Janeiro.

### **IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Flávia Melo** – Considerando o contexto é importante marcar que, no que diz respeito a pesquisas de longo prazo, como esta realizada pelo Observatório, em que estamos investigando desde 2012, elas só podem ser realizadas quando temos políticas de incentivo e insumo para pesquisas. Aliás, pesquisar no Brasil é muito difícil. Pesquisar na Amazônia e pesquisar gênero na Amazônia está cada vez mais difícil, especialmente nos últimos anos.

Hoje nosso observatório não conta com nenhum recurso federal porque eles foram gradativamente sendo excluídos e não há uma política científica comprometida, seja para garantir as mulheres na ciência, seja para garantir a pesquisa de temas que interessem à vida das mulheres. No que diz respeito à pandemia, nós temos um protagonismo da ciência, apesar de todo desestímulo governamental e, infelizmente, os impactos da pandemia foram sentidos na Amazônia antes e por um período muito mais prolongado que nas demais partes do país, já que agora os índices científicos nos sugerem que nos preparemos para a terceira onda da pandemia.

Quem tem garantido o sustento, a retaguarda e uma política de redução de danos na Amazônia são, principalmente, as mulheres e as mulheres indígenas, que têm se organizado para se proteger da violência, da pandemia e para apresentar às suas comunidades respostas que deem pelo menos algum conforto e proteção, xamânica que seja, mas também material, para enfrentar estas duas pandemias: a pandemia da Covid-19 e da violência contra mulheres.



# As mulheres sofrem com elevados níveis de pobreza de tempo

Luana Simões Ribeiro adverte que a desigual divisão do trabalho doméstico e de cuidados é o grande nó a ser desatado para que as sociedades possam alcançar uma maior igualdade de gênero

Ricardo Machado | Edição Patrícia Fachin

**O**s distintos grupos sociais que compõem a sociedade são atingidos de formas desiguais pela crise sanitária de Covid-19. Se, de um lado, a pandemia colocou uma lupa sobre as desigualdades sociais que atingem o Brasil, de outro, ela também acentuou a assimetria existente entre homens e mulheres no que diz respeito ao número de horas trabalhadas. Com o fechamento das instituições de educação e de cuidado, o trabalho que era realizado por outras esferas da sociedade causou um “impacto em termos de ampliação das jornadas de trabalho reprodutivo”, especialmente entre as mulheres, diz Luana Simões Pinheiro.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail ao Instituto Humanistas Unisinos - IHU, a socióloga reflete sobre esses efeitos na rotina e na vida das mulheres. “Estas consequências envolvem menor disponibilidade para entrada no mercado de

trabalho, inserção mais precária no mercado, menor renda e maior dificuldade para ocupar postos de poder e decisão. Implicam também em menores possibilidades de participação na vida política, em particular na política institucional, bem como menores possibilidades de acesso a bens e serviços de lazer, educação e cultura”, explica.

Com rotinas exaustivas, pontua, “as mulheres sofrem com o que se convencionou chamar de elevados níveis de pobreza de tempo, o que amplia também suas chances de adoecimento físico e mental. O trabalho doméstico e de cuidados não remunerado é permanente e não se encerra quando a louça do final do dia é lavada e guardada e quando as crianças dormem. A carga mental deste trabalho, o planejamento, a organização se dão durante todo o dia e demandam um conjunto de habilidades que exaurem aquelas que se responsabilizam por este trabalho”.





**Luana Simões Pinheiro** é doutora e mestra em Sociologia pela Universidade de Brasília - UnB e graduada em Economia pela mesma instituição. É técnica de pesquisa e planejamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, no Distrito Federal.

Confira a entrevista.

### **IHU On-Line - Qual foi o impacto da pandemia sobre a visibilidade do trabalho doméstico, principalmente aquele realizado pelas mulheres?**

**Luana Simões Pinheiro** - O trabalho doméstico sempre foi visível. Os resultados desse trabalho, seja em termos dos cuidados com a casa ou com as pessoas que nela habitam, são concretos e visíveis. A casa limpa, a comida na mesa, as roupas lavadas, as crianças cuidadas são resultado desse trabalho que podemos ver todos os dias. No entanto, ele tem sido historicamente invisibilizado, como se fosse um trabalho magicamente realizado por mulheres que teriam nascido com tais habilidades, não demandando qualificações especiais para ser efetivado e, assim, não “merecendo” reconhecimento social ou econômico pela sociedade.

A pandemia, contudo, permitiu que um grupo da sociedade entendesse que este não é um trabalho mágico, mas, ao contrário, um trabalho que demanda muito de quem o realiza, seja em termos de tempo investido, de organização, de saúde e habilidades física, mental e emocional.

No momento em que os serviços públicos e privados de cuidados (especialmente de crianças) foram fechados no início da pandemia e as famílias tiveram que absorver de volta este pouco do trabalho de cuidados que era compartilhado com o Estado ou com o mercado, o tamanho e a relevância do trabalho de cuidados e doméstico realizado de forma não remunerada ganhou concretude para quem não o “percebia”. No entanto, não é possível saber o quanto dessa percepção se mantém com o passar do tempo e o retorno das atividades escolares ou o quanto isso tem sido visto como uma questão a merecer mais atenção do Estado.



**IHU On-Line - Durante a pandemia uma série de serviços de Estado – como escola, creches, programas de ocupação para idosos – ficaram suspensos devido à necessidade de distanciamento social. Como isso tudo acentuou ainda mais a carga de trabalho doméstico? Que alternativas sanitariamente seguras temos diante deste contexto?**

**Luana Simões Pinheiro** - A divisão desigual do trabalho doméstico e de cuidados não remunerado entre homens e mulheres é uma constante em todo o mundo. Ainda que tenha se alterado em alguma medida ao longo dos anos, as mulheres seguem dedicando mais horas a essas atividades do que os homens, mesmo em países conhecidos por serem mais igualitários em relação a gênero. Os dados de 2019 mostram que as mulheres, no Brasil, alocam 21,7 horas semanais em trabalho reprodutivo, valor que é praticamente o dobro daquele alocado pelos homens (11 horas).

### **Trabalho doméstico e de cuidados**

É importante dizer que, no Brasil, o trabalho doméstico e de cuidados é realizado basicamente no âmbito das famílias, seja o trabalho de cuidado dos domicílios, seja de pessoas dependentes em algum grau (ou não), como crianças, idosos ou pessoas com deficiência. No caso dos serviços de creche, que atendem as crianças com maior grau de dependência, ainda não há obrigatoriedade de oferta de serviços pelo Estado. No caso dos cuidados de idosos, não apenas a Constituição Federal, quanto os demais normativos da área (Estatuto do Idoso, Política Nacional do Idoso) definem que o cuidado de idosos deve ser ofertado pelas famílias de forma principal e apenas subsidiariamente por outras esferas. Nesse sentido, ainda se entende que o cuidado é uma responsabilidade familiar, sendo ele pouco compartilhado com Estado ou mercado, reproduzindo-se um entendimento que coloca sobre as famílias – e nelas, sobre as mulheres – o peso pela realização deste trabalho e todos os impactos decorrentes das duplas e triplas jornadas daí decorrentes.

A oferta de serviços pelo Estado ou pelo mercado para cuidado de crianças e idosos ainda que limitada e absolutamente insuficiente representa, nesse sentido, um passo adiante no compartilhamento do trabalho de cuidados, reduzindo o tempo das mulheres dedicado a essas atividades. Quando a pandemia e as medidas de isolamento social adotadas para contê-la fecharam as creches, escolas, atividades de contraturno ou de cuidados de idosos, isso significou devolver às famílias (ou seja, às mulheres) o trabalho de cuidados que estava sendo realizado por outras esferas da sociedade. Nesse sentido, o impacto em termos de ampliação das jornadas de trabalho reprodutivo foi significativo. Estudos realizados em outros países evidenciam que essa ampliação se deu tanto para homens quanto para mulheres, mas com muito mais intensidade para as



mulheres, o que tem levado também a aumentos de problemas de saúde mental.

Uma importante medida para garantir que estes serviços permanecessem abertos durante a pandemia seria a vacinação prioritária dos grupos que trabalham nestas instituições, uma vez que lidam diariamente com um conjunto de pessoas e famílias sobre as quais não possuem informações acerca da qualidade de isolamento social. Além, claro, da adoção de medidas de segurança sanitárias comprovadamente eficazes na prevenção da disseminação do vírus, como adoção de equipamentos de proteção individual adequados (máscaras do tipo PFF2) fornecidos pelos empregadores, ventilação e distanciamento social. Não seria adequado, em qualquer hipótese, retomar estas atividades sem garantir a segurança tanto das pessoas que frequentam os serviços quanto dos trabalhadores – em grande maioria mulheres – que neles exercem suas atividades profissionais.

### **IHU On-Line - Que dimensões da desigualdade brasileira, inclusive de gênero, se tornam ainda mais evidentes nesse período de pandemia?**

**Luana Simões Pinheiro** - As desigualdades de gênero, raça e classe foram muito evidenciadas durante a pandemia. Nenhuma destas desigualdades foi criada pela pandemia, uma vez que a sociedade brasileira se estruturou sobre elas, mas foram aprofundadas durante todo o processo pandêmico pelo qual temos passado.

Os indicadores mostram que os impactos diferenciados se dão desde a contaminação e a mortalidade pelo vírus, passando pelos efeitos no mercado de trabalho, na violência e nas jornadas de trabalho reprodutivo. São as pessoas de mais baixa renda e negras as que mais se contaminam e morrem pelo vírus, não por questões biológicas, mas em função de determinantes sociais das condições de saúde destes grupos sociais que envolvem questões como: maior presença em postos de trabalho precários e informais, grande presença em trabalhos considerados essenciais, menor acesso estrutural aos serviços de saúde (que podem levar a uma subnotificação de possíveis comorbidades ou maior dificuldade de controle das comorbidades que tornam a contaminação pela Covid mais severa), menor acesso a serviços de saneamento básico adequados, maior dificuldade de manter isolamento e distanciamento sociais adequados, entre outras questões.

Também se verificaram impactos severos no mercado de trabalho, seja em termos de inatividade, desemprego e conseqüente redução da renda. Com isso, aumentam os níveis de pobreza e fome da população brasileira, especialmente de mulheres, negros e pessoas de mais baixa renda, que podem sobreviver à Covid-19, mas não necessariamente à fome que vem dos elevados níveis de desemprego e de inatividade da força



de trabalho brasileira. Os impactos são múltiplos, diversos e muito desiguais entre os grupos sociais.

**IHU On-Line - Quais sãs as implicações sociais do trabalho doméstico não remunerado? Quais são as consequências, digamos assim, da “porta para fora”?**

**Luana Simões Pinheiro** - A responsabilização feminina pelo trabalho doméstico e de cuidados não remunerado produz uma série de consequências sobre a vida das mulheres. Estas consequências envolvem menor disponibilidade para entrada no mercado de trabalho (menor participação na força de trabalho), inserção mais precária no mercado (postos mais precários, jornadas menores, segmentação em ocupações específicas), menor renda e maior dificuldade para ocupar postos de poder e decisão. Implicam também em menores possibilidades de participação na vida política, em particular na política institucional, bem como menores possibilidades de acesso a bens e serviços de lazer, educação e cultura. As mulheres sofrem com o que se convencionou chamar de elevados níveis de pobreza de tempo, o que amplia também suas chances de adoecimento físico e mental. O trabalho doméstico e de cuidados não remunerado é permanente e não se encerra quando a louça do final do dia é lavada e guardada e quando as crianças dormem. A carga mental deste trabalho, o planejamento, a organização se dão durante todo o dia e demandam um conjunto de habilidades que exaurem aquelas que se responsabilizam por este trabalho.

A desigual divisão deste trabalho, portanto, é o grande nó a ser desatado para que as sociedades possam alcançar uma maior igualdade de gênero.

**IHU On-Line - De que forma a dupla ou tripla jornada de trabalho de mulheres, mesmo aquelas em trabalho home office, gera impactos na vida das trabalhadoras?**

**Luana Simões Pinheiro** - Com a pandemia e as medidas de isolamento social houve aumento da demanda por trabalho doméstico e de cuidados não remunerado (mais pessoas em casa a serem cuidadas, maior preocupação com medidas de higienização para controle da disseminação do vírus etc.), ao mesmo tempo que houve redução da oferta deste trabalho por parte do Estado, do mercado e mesmo dos arranjos comunitários que poderiam auxiliar neste compartilhamento (não se recomendava, por exemplo, que as crianças fossem deixadas com suas avós em função do maior risco para os idosos na primeira onda da pandemia).

Nesse sentido, coube especialmente às mulheres lidar com esse aumento do trabalho reprodutivo, o que levou muitas mulheres a abandonarem seus empregos. No final do segundo trimestre de 2020, apenas cerca de 47% das mulheres estavam na força de trabalho, valor mais baixo verificado desde os anos 1990 para o Brasil. Houve uma transição



direta entre trabalhadoras ocupadas para a inatividade, sem que necessariamente tenham se tornado desempregadas primeiro.

Os impactos em termos de aumento das cargas de trabalho e de saúde mental foram mencionados anteriormente, valendo a pena destacar que foram tão maiores quanto menores as idades dos filhos e quanto menor a renda das famílias.

### **IHU On-Line - Como a senhora avalia a implementação de políticas públicas de renda básica de cidadania?**

**Luana Simões Pinheiro** - O benefício do Auxílio Emergencial – ou políticas semelhantes – é fundamental tanto como medida de controle da pandemia (possibilitando a adoção de medidas de isolamento mais eficazes) quanto em termos de garantia de uma renda mínima que assegure a sobrevivência da população. Este benefício é especialmente importante para trabalhadores e trabalhadoras em situação de maior vulnerabilidade, precariedade e informalidade, que não poderiam contar com o Estado por meio do acesso a seguro-desemprego ou auxílio-doença, por exemplo.

Um exemplo dessa situação pode ser visto no caso das trabalhadoras domésticas remuneradas, cujos postos de trabalho encolheram em 1,5 milhão entre 2019 e 2020. Entre as trabalhadoras que permaneceram trabalhando, 2/3 delas acessaram o Auxílio Emergencial, retirando daí a possibilidade de manutenção de condições mínimas de sobrevivência. Esse setor foi não apenas dos mais impactados pela pandemia em termos de perda de postos de trabalho, mas também tem sido um dos que mais lentamente tem conseguido recuperar os postos de trabalho. Nesse sentido, o auxílio, com valor adequado, é uma importante política para evitar o aumento da pobreza e da mortalidade, seja pelo vírus, seja pela fome.

### **IHU On-Line - Qual o impacto da fome, um fantasma que assombra seis a cada dez famílias brasileiras, na vida das mulheres?**

**Luana Simões Pinheiro** - A perda da dignidade e o risco permanente da morte.

### **IHU On-Line - No último ano o Brasil registrou uma queda 1,5 milhão na ocupação de trabalhadoras domésticas no país, efeito da pandemia. O que esse dado significa tanto para quem perdeu o emprego, quanto para quem precisou abrir mão deste tipo de serviço?**

**Luana Simões Pinheiro** - Para quem perde o emprego significa, como mencionado anteriormente, a perda de sua fonte de renda em um cenário de instabilidade na oferta de benefícios como o Auxílio Emergencial, que passou por interrupções e redução expressiva do valor. Pode significar, portanto, o retorno ou o aprofundamento das condições de pobre-



za, aumento da fome e todas as consequências daí decorrentes em termos de manutenção da vida e de condições mínimas de dignidade humana.

Para quem precisou abrir mão deste tipo de serviço, num contexto de ausência do Estado, do mercado e das dificuldades de contar com redes de solidariedade femininas, significa aumento da sobrecarga de trabalho. Importante dizer, contudo, que as trabalhadoras domésticas são especialmente vulneráveis à pandemia e, portanto, também deveriam ter direito ao isolamento social e à proteção contra o vírus, sendo o trabalho entendido como essencial (e, portanto, passível de manutenção durante o período pandêmico) somente nos casos de necessidade de cuidado de pessoas dependentes, tal como defendido pela Federação Nacional de Trabalhadoras Domésticas - Fenatrad e pelo Ministério Público do Trabalho em Nota Conjunta 04/2020.

**IHU On-Line - Qual a importância de superarmos a retórica da “mulher guerreira” e da “mãe guerreira”? Como esse tipo de discurso naturaliza uma série de violências contra as mulheres e joga para debaixo do tapete nossas profundas desigualdades?**

**Luana Simões Pinheiro** - A retórica da “mulher guerreira”, da “mãe guerreira” reforça o estereótipo da supermulher, a mulher-maravilha que tem que dar conta de tudo: trabalho remunerado e não remunerado doméstico, cuidados com filhos e demais dependentes, e ainda o autocuidado. É uma retórica opressiva e que reproduz desigualdades de gênero ao excluir os homens do discurso, já que eles não precisam dar conta de segurar tantos “pratos ao mesmo tempo” para serem reconhecidos.

Além disso, superar essa retórica é uma forma de combater, ao mesmo tempo, o racismo e o classismo, entendendo que essa retórica reverbera de forma diferente entre as mulheres, uma vez que a chance de mulheres pobres e negras recorrerem a auxílios que aliviem a sobrecarga de trabalho, como acesso a creches e escolas, acesso a eletrodomésticos que reduzem o tempo gasto no trabalho não remunerado, acesso a profissionais que exercem a função de cuidadores (babás, enfermeiras, entre outros), é muito menor que a de mulheres brancas e de renda mais alta. E, sem acesso a essas ajudas, essa mulher terá ainda mais sobrecarga, e precisará ser ainda mais “guerreira”.

A ideia de uma “mulher guerreira”, portanto, contribui para reforçar estereótipos racistas e fixos de gênero que colocam as mulheres em um lugar em que devem ser super-humanas a partir da lógica da constante superação, como se não houvesse espaço para outras narrativas que extrapolam esse lugar. É, nesse sentido, também uma estratégia de supostamente enaltecer a luta cotidiana de mulheres que buscam superar a ausência de políticas públicas e de condições dignas de vida, eximindo, em alguma medida, o papel do Estado nesta seara.



# Num estado de crises em tempos pandêmicos, mulheres são as principais vítimas

Para Flávia Biroli, os grandes dilemas que vivemos hoje são materializados no sofrimento dos corpos femininos que, desde a economia do cuidado, arcam com todo o desgaste que a sociedade vive

João Vitor Santos



**A**inda bem antes da pandemia, já havia sinais de que um estado de crises vinha se instaurando. Com a eclosão das ondas de Covid-19, parece ter havido uma aceleração de todas essas crises que, segundo a professora e historiadora Flávia Biroli, tem posto as mulheres como “as principais vítimas do que tem sido descrito como múltiplas crises, colocando em destaque o caráter de gênero e seus efeitos”.

É óbvio que todos sofrem, mas ela aponta que os corpos femininos são atingidos de formas muito específicas. “A resposta inadequada à pandemia e o que tem sido descrito por especialistas como estratégia de propagação do vírus pelo governo brasileiro já ceifou 400 mil vidas. Também produziu uma taxa de desemprego recorde, de 14,4%, segundo os dados mais recentes. Entre as mulheres, chegou a 17%. A participação das mulheres na força de trabalho remunerada retrocedeu 30 anos”, analisa, na entrevista concedida por e-mail ao Instituto Humanitas Unisinos - IHU.

Além disso, “como o Brasil foi um dos países do mundo que man-

teve as escolas fechadas por mais tempo, com uma completa ausência de coordenação política que priorizasse a segurança das crianças e de professoras e professores, tornou-se mais difícil ainda sair para trabalhar ou para procurar emprego”. E com escola fechada e muita gente em casa e sem emprego, o maior custo fica com as mulheres. “São elas, também, que cuidam mais frequentemente das pessoas que adoeceram – em casa e nas redes familiares ou como cuidadoras, técnicas de enfermagem, enfermeiras”, acrescenta Flávia.

Ainda assim, mesmo sendo elas as maiores vítimas, Flávia acredita que a maior potência de transformação está no feminino. “Não tenho dúvidas de que as mulheres são agentes transformadores. Não se trata de essencialização, mas do reconhecimento de que sua posição é específica: elas são atingidas pelas múltiplas crises de modo que isso compromete fundamentalmente sua autonomia e sua dignidade; elas são chave para a compreensão das relações de cuidado e do que não funciona na economia”.



**Flávia Biroli** é doutora em História pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, professora do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília - UnB. Foi presidente da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP, 2018-2020) e fez parte do Grupo de Assessoras da Sociedade Civil da ONU Mulheres (2016-2017), com a qual mantém parcerias desde então. É autora, entre outros, de *Gênero, neoconservadorismo e democracia* (com Maria das Dores Campos Machado e Juan Vaggione, Boitempo, 2020). Entre suas publicações mais recentes está também a obra coletiva *Mulheres, Poder e Ciência Política* (co-organizada com Luciana Tatagiba, Carla Almeida, Cristina Buarque de Holanda e Vanessa Elias de Oliveira, Editora da Unicamp, 2020).

Confira a entrevista.

**IHU On-Line – A senhora é uma das organizadoras da Rede Brasileira de Mulheres Cientistas que quer promover um olhar mais atento aos impactos da pandemia. Gostaria que detalhasse como foi criada a rede e quais seus objetivos.**

**Flávia Biroli** – A Rede começou com uma reunião entre cerca de 10 mulheres cientistas, de diferentes áreas de conhecimento, a partir de conversas iniciais provocadas pela colega Vanessa Elias de Oliveira, cientista política, pesquisadora na área de políticas públicas, professora da Universidade Federal do ABC - UFABC. A motivação principal para essa primeira reunião e para as articulações que a seguiram foi trazer de maneira mais destacada ao debate público os efeitos da pandemia sobre as mulheres, dando visibilidade a pesquisas e iniciativas que podem colaborar para respostas públicas mais adequadas.

Essas respostas serão mais eficazes e justas se forem pautadas, ao mesmo tempo, pelo conhecimento científico e pelo compromisso com a igualdade e a justiça social. Somos hoje mais de três mil cientistas, de diferentes áreas de conhecimento e regiões do país. Nosso compromisso é com a saúde da população, com a construção de paradigmas de desenvolvimento mais justos, com a produção de respostas para as múltiplas crises que enfrentamos pautadas pela ciência.

Estamos desenvolvendo ações para contribuir com gestores públicos, sobretudo na ponta, nos municípios; para ampliar a visibilidade de ações já existentes e fortalecer redes pelo país, com atenção às desigualdades regionais; para incidir no debate público colaborando para ampliar as informações sobre as desigualdades de gênero e as respostas adequadas a elas, em um contexto de desmonte das políticas públicas voltadas para garantir direitos e superar essas desigualdades.

**IHU On-Line – Podemos considerar que as mulheres são uma das principais vítimas da pandemia e de todos os danos gerados a partir dela, especialmente no Brasil? Por quê?**

**Flávia Biroli** – No Brasil, quem mais morre de Covid-19 são homens negros e empobrecidos. Isso é sem dúvida importante, indicando uma correlação entre a mobilidade dos que não puderam manter isolamento social, sobretudo dos trabalhadores informais e dos que necessitam de transporte coletivo para chegar ao seu local de trabalho, e o acesso possivelmente mais precário a cuidados e atendimento hospitalar.

Ao mesmo tempo, as mulheres são as principais vítimas do que tem sido descrito como múltiplas crises, colocando em des-



taque o caráter de gênero e seus efeitos. As mulheres são atingidas de maneira específica por essas crises. Vou dar alguns exemplos. A resposta inadequada à pandemia e o que tem sido descrito por especialistas como estratégia de propagação do vírus pelo governo brasileiro já ceifou 400 mil vidas. Também produziu uma taxa de desemprego recorde, de 14,4% segundo os dados mais recentes. Entre as mulheres, ela chegou a 17%. A participação das mulheres na força de trabalho remunerada retrocedeu 30 anos.

Como o Brasil foi um dos países do mundo que manteve as escolas fechadas por mais tempo, com uma completa ausência de coordenação política que priorizasse a segurança das crianças e de professoras e professores, tornou-se mais difícil ainda sair para trabalhar ou para procurar emprego. Os dados que temos (das pesquisas de uso do tempo, por exemplo) mostram que essa responsabilidade recai predominantemente sobre as mulheres. São elas, também, que cuidam mais frequentemente das pessoas que adoeceram – em casa e nas redes familiares ou como cuidadoras, técnicas de enfermagem, enfermeiras.

### **Violência doméstica e outros problemas**

Numa outra frente, a violência doméstica tem atingido meninas e mulheres de maneira brutal durante a pandemia, indicando que a combinação entre isolamento, ausência de rotinas escolares e precarização torna mais agudos padrões preexistentes. O acesso à saúde não se restringe, é claro, ao atendimento das pessoas contaminadas pela Covid-19: a saúde reprodutiva, por exemplo, tem sido seriamente comprometida, sobretudo em um contexto de retrocessos nas políticas públicas no país.

Sem esgotar o conjunto de problemas que atingem de maneira específica as mulheres, não poderia deixar de citar o fato de que a insegurança alimentar – a fome e a desnutrição, para dar nome de maneira mais clara à

catástrofe – avança entre os lares mais empobrecidos, eles são justamente aqueles chefiados por mulheres negras. Diante das evidências existentes dos efeitos conjuntos das múltiplas crises sobre as mulheres, é urgente construir respostas que evitem a reprodução e ampliação de desigualdades e injustiças no futuro próximo.

### **IHU On-Line – Quem são essas mulheres que têm suas condições de vida ainda mais degradadas no contexto da pandemia?**

**Flávia Biroli** – Quando dizemos que as respostas não podem ser neutras se os efeitos das crises não são, isso significa tornar visíveis as desigualdades de gênero, mas também outras desigualdades estruturais às quais se entrelaçam. No Brasil, as desigualdades são constituídas racialmente, isto é, não é possível compreendê-las e superá-las sem abordar





o racismo. Racismo e desigualdades de gênero e de classe se combinam de modo a limitar as possibilidades de vida das mulheres negras.

Para elas, o acesso a ocupações, renda, a uma vida digna e à realização de seus potenciais, esbarram continuamente em um conjunto – ao mesmo tempo silencioso e muito estridente, por mais contraditório que isso possa parecer – de obstáculos, recusas, agressões. A pandemia e as múltiplas crises que mencionei acima aprofundam essa situação. Elas são a maioria entre as pessoas desempregadas e também entre aquelas que têm ocupações mal remuneradas e com alta exposição a riscos nesse período, como a de trabalhadora doméstica.

**IHU On-Line – Muitos analistas apontam que a pandemia não traz nada de novo, mas recrudescer situações que já eram problemáticas. No caso das mulheres, como podemos compreender a origem desses ataques? E como a pandemia impacta esse cenário?**

**Flávia Biroli** – No Brasil, a catástrofe humanitária tem várias dimensões. Para as mulheres, é especialmente nocivo um ambiente que combina a negação da ciência, a recusa da agenda de direitos humanos (e da agenda de igualdade de gênero, em particular) e uma crise econômica de grandes proporções. Não é casual que a desaprovação do atual governo seja maior entre as mulheres, aliás, desde o processo eleitoral de 2018.

Estudos internacionais têm apontado para o fato de que os países em que têm ocorrido processos mais desacelerados de desdemocratização (ver, por exemplo, o índice V-DEM), como Hungria, Turquia, Polônia e Brasil, têm sido palco para um ataque à igualdade de gênero que é uma agenda em si, ao mesmo tempo que fortalece o sexismo e a misoginia, justificando a violência contra as mulheres e a população LGBTQ+.

**IHU On-Line – A economia do cuidado é quase sempre relegada a mulheres. Quais os impactos sociais dessa economia do cuidado em tempos de pandemia? Como isso impacta, no longo prazo, a saúde física e mental das mulheres?**

**Flávia Biroli** – Essa é uma questão central. As relações de cuidado, que são parte do cotidiano, são tão centrais às vidas das pessoas quanto invisibilizadas como uma questão política, coletiva. Nesse aspecto, a pandemia abriu uma oportunidade, a de ampliar a discussão sobre os efeitos de uma economia de cuidado ancorada nas desigualdades de gênero e atravessada pelas desigualdades de classe e de raça.

A divisão sexual do trabalho torna “natural” que as mulheres sejam as principais responsáveis pelo cuidado das pessoas mais vulneráveis – as crianças, as pessoas idosas, as que necessi-



tam de cuidados especiais. E a rotina da vida, a reprodução social, não se dá sem uma enorme quantidade de trabalho que é gratuito ou mal remunerado, que pode também ser classificado como cuidado: cozinhar, lavar as roupas, limpar a casa e mantê-la organizada, alimentar e ajudar a vestir quem não pode fazê-lo sem ajuda, entre outras atividades.

Com a pandemia, essas atividades se tornam mais exigentes, por uma série de razões. Mais gente adoeceu, as crianças estão sem rotina escolar ou da creche, os idosos precisam de apoio adicional, as pessoas estão mais ansiosas e o cuidado emocional se torna ainda mais necessário, a perda de renda e de emprego torna a alimentação de si e dos familiares um desafio maior. As mulheres são mais afetadas no seu tempo e na sua energia, podem estar mais cansadas e mais desgastadas. Ao mesmo tempo, as meninas têm seu futuro comprometido pela falta de políticas para garantir a justiça de gênero e um futuro sustentável.

### **Interdependência e fragilidade humana**

Mais do que nunca, é importante trazer para o centro de nossas reflexões sobre a justiça e a democracia o fato incontornável da interdependência e da fragilidade humana. Precisamos construir alternativas que não façam de conta que somos todos independentes e capazes de cuidar de si, como se tivéssemos nascido adultos e não adoecêssemos. Elas só servem para aprofundar as desigualdades de gênero – porque o trabalho não reconhecido recai sobre as mulheres – e de classe – porque a despolitização abre caminho para soluções privadas, acessíveis de modo muito desigual para as pessoas.

### **IHU On-Line – A mulher pode ser um agente transformador nesse grande ponto de inflexão que a pandemia tem causado na humanidade? Quais os desafios, do ponto de vista prático, para efetivarmos esse protagonismo feminino?**

**Flávia Biroli** – Não tenho dúvidas de que as mulheres são agentes transformadores. Não se trata de essencialização, mas do reconhecimento de que sua posição é específica: elas são atingidas pelas múltiplas crises de modo que isso compromete fundamentalmente sua autonomia e sua dignidade; elas são chave para a compreensão das relações de cuidado e do que não funciona na economia atual; os feminismos são os movimentos mais potentes na construção de paradigmas de justiça social para reinventarmos o modo como vivemos sem deixar ninguém para trás.

Isso significa que todas as mulheres serão potências de transformação? Ou que todos os feminismos o serão da mesma forma? Não me parece o caso. Não é possível reconstruir o mundo de modo que assegure nosso futuro comum sem uma crítica aguda e lúcida do capitalismo em seus padrões atuais, com os pa-



drões de destruição que ele tem colocado em curso. Os feminismos críticos, que têm se mostrado de forma muito potente e exuberante na América Latina, sabem que as vidas das mulheres estão em risco juntamente com nosso futuro comum, que a precarização da vida que recai de forma específica sobre elas é parte de dinâmicas de destruição que dependem da naturalização da violência, do desprezo pela vida humana e pela natureza.

### **O caso brasileiro da erosão da democracia**

Veja o caso brasileiro. A degradação ambiental intencional, o desprezo pela vida, a recusa da agenda de direitos humanos e a recusa da ciência são parte de processos de erosão da democracia, mas também do nosso futuro. A agenda feminista é hoje, sem dúvida, a mais capaz de articular todas essas dimensões em um projeto de futuro com justiça social e sustentabilidade. As mulheres negras, em especial, têm apresentado uma linguagem de luta que coloca no centro a defesa da vida e o bem-estar.

**IHU On-Line – Em seu último livro, *Gênero, neoconservadorismo e democracia* (São Paulo: Boitempo, 2020), a senhora trata do neoconservadorismo. Em que consiste esse conceito e como, desde uma perspectiva de estudos de gênero, pode se constituir como ameaça à democracia?**

**Flávia Biroli** – Nesse livro, que foi escrito com Maria das Dores Machado e Juan Vaggione, enfrentamos uma questão que me parece bastante importante: a reação atual às agendas de igualdade de gênero e diversidade sexual é conectada a formas anteriores do conservadorismo, mas é também nova em muitos sentidos. Colocamos como uma questão de pesquisa, uma questão também para nossa reflexão conjunta, o que é novo nessa reação.

A primeira parte do livro explica, assim, quais dimensões se transformaram e por que optamos, então, pelo conceito de neoconservadorismo para tratar das reações atuais. Recomendo a leitura do livro (risos). Mas destaco que o caráter transnacional das reações; as alianças entre setores conservadores católicos e evangélicos na América Latina; a forte atuação no âmbito do Judiciário, fazendo com que muitas disputas se travem nesse campo; uma atuação que se tornou possível em contextos democráticos, mas contribuiu para a desdemocratização; e uma relação redefinida ou fortalecida com a racionalidade neoliberal são dimensões apresentadas e discutidas no livro. É muito importante compreender a temporalidade dessas reações.

### **Agenda de igualdade de gênero**

A agenda da igualdade de gênero foi parte da construção e aprofundamento das democracias em



diferentes níveis, na segunda metade do século XX. O sistema internacional de direitos humanos se ampliou e se modificou com as pressões dos movimentos de mulheres e feministas, de modo a dar visibilidade (desnaturalizar) e produzir compromissos para a superação da violência e da desigualdade de gênero. As reações, que se iniciaram nos anos 1990 e se tornariam mais coordenadas a partir da segunda década do século XXI, procuram retroceder as conquistas e, principalmente, colocar em xeque a legitimidade política conquistada para essas agendas e políticas de gênero. Trata-se, como definiu Juan Vaggione, de uma “politização reativa”. Ela vai no sentido da retraditionalização dos papéis, da renaturalização das desigualdades e da violência.

### **IHU On-Line – Nessa mesma perspectiva de avanço do neoconservadorismo, como a senhora analisa a mulher no espaço político do Brasil de nosso tempo?**

**Flávia Biroli** – No Brasil, enfrentamos uma conjuntura difícil para as mulheres, em muitos sentidos. Como mencionei acima, as crises múltiplas têm face de mulher e estão produzindo retrocessos que deixarão marcas por algum tempo. Ao mesmo tempo, é um momento de articulações, de maior difusão e presença variada e em diferentes espaços dos feminismos.

Eu dizia que o Brasil nunca foi tão marcado pelos feminismos e pela defesa da igualdade de gênero. Mas também nunca enfrentou uma reação tão aberta e misógina a essa agenda. A violência contra as mulheres na política tem se mostrado de forma aguda e ela atinge de maneira específica mulheres negras, mulheres lésbicas e trans, assim como as mulheres ativistas, comprometidas com agendas de transformação social. Ela atinge as mulheres que “ousam” falar, posicionar-se na esfera pública, por isso atinge políticas, ativistas, jornalistas, acadêmicas.

O neoconservadorismo não é apenas uma agenda de manutenção, é uma reação que tem como objetivo desconstruir e pressionar pelo retrocesso, pela retraditionalização, como o atesta o caso brasileiro. Inclui a reafirmação da masculinidade de formas abertamente hierárquicas e violentas. Estamos, assim, em um entrecruzamento peculiar de forças e potências: de um lado, uma agenda de justiça e de autonomia cada vez mais marcada pelas ideias feministas, pelas reivindicações dos movimentos feministas; de outro, uma agenda autoritária que tem no antifeminismo um de seus pilares importantes.

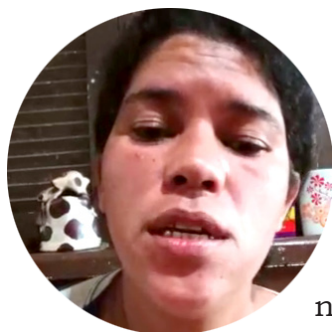




## Mulheres na Pandemia - Depoimentos

### Gislaine da Silva, 31 anos

Mãe e moradora da ocupação Steigleder



**D**esde o início da pandemia tem sido bastante desafiador para todas as famílias da ocupação o convívio com o vírus. Nós não temos condições de manter o isolamento social completo, pois por mais que tentemos é bem difícil e uma das causas são as enchentes que nos afetam no inverno. Nas águas de esgoto é um dos lugares que mais têm vírus e como não temos saneamento, quando dá enchente com aquela água podre, cheia de vírus e contaminação, muitas pessoas têm que cruzar passando pela água.

A sobrevivência nas ocupações tem sido, também, muito desafiadora, pois como a gente faz para sobreviver com esse vírus? Como a gente faz isolamento social em uma casa onde mal contém dois quartos? Como fazer isso em casas que têm apenas um quarto para três, quatro, cinco pessoas? Por outro lado, uma das melhorias que tivemos foi a solidariedade que aumentou, pois passamos a ser vistos por mais pessoas. Temos sido vistos por pessoas que também precisam de ajuda, mas estas têm sido mais solidárias conosco e temos recebido bastante auxílio, também com a Rede Solidária que tem nos apoiado bastante, sendo que quinzenalmente eles entregam cestas básicas para as famílias, o que nos ajuda.

Na minha casa moramos eu, meu marido e meus cinco filhos. Tentamos nos cuidar o máximo possível, fazer isolamento, mas estamos lutando e tentando. Meu marido trabalha com reciclagem (recolhendo) e tentamos nos cuidar o máximo possível, mas não é muito fácil. Higienizamos as mãos com álcool em gel, lavamos as mãos quando voltamos para casa depois de sair para trabalhar e usamos máscaras. Assim que tentamos manter o controle e nos cuidarmos.

## Mulheres na Pandemia - Depoimentos

### Daíse de Moraes, 45 anos

Professora, mãe e diretora de escola pública



O trabalho não parou em momento algum. Como trabalho na educação pública, as atividades triplicaram. No meu caso nem fiquei em isolamento. Trabalhei presencialmente na escola na maior parte do tempo, com carga horária maior que o normal.

O que mudou foi a forma de trabalhar, com a comunicação entre o grupo de trabalho passando a ser somente virtual. E também a comunicação com o público-alvo do meu trabalho dificultou muito, por ser somente virtual. Então a adaptação na forma de trabalhar teve que acontecer. Os resultados demoram mais ainda a acontecer.

Em minha casa moram eu e meus dois filhos adolescentes. Ambos estudando de forma remota. A rotina de casa alterou completamente e surgiram problemas... que tiveram que ser solucionados com uma nova rotina (que ainda está em fase de adaptação, pois para eles não há horários de compromissos, apenas prazos). Muitas vezes há conflitos, com mais frequência que o normal. Bem difícil, mas com paciência vamos levando. Como são adolescentes não atrapalhou a minha rotina de trabalho, pois conseguem ficar sozinhos nos turnos manhã e tarde. Resumindo, a vida para mim continuou da mesma forma, com o mesmo emprego e meus filhos com as mesmas atividades. Porém o que mudou foi a forma de realizá-los, demandando mais tempo e novos aprendizados. Mas tudo entrando em uma nova rotina.

## Mulheres na Pandemia - Depoimentos

### Fernanda Bragatto

Professora universitária e mãe



**D**esde que foi decretada a cessação das atividades presenciais na universidade, tenho trabalhado exclusivamente em casa. Isso inclui ministrar aulas, orientar alunos, fazer reuniões, participar de eventos e dar entrevistas de forma totalmente on-line. Viagens, deslocamentos no trânsito e dentro do espaço de trabalho e contato pessoal com colegas e alunos foram totalmente suprimidos da minha rotina. Leituras e produção de textos eram atividades que eu costumava realizar em casa, então isso não mudou.

A principal dificuldade foi conciliar trabalho e cuidado dos filhos. Por mais que em alguns dias eu contasse com a ajuda de babá, as crianças sempre demandam muita atenção. A necessidade de auxílio à filha mais velha em etapa de alfabetização, controlando os horários das aulas e auxiliando-a psicologicamente a aceitar a nova modalidade, foi algo que dificultou muito a minha rotina a ponto de eu renunciar a um cargo de chefia (coordenação do Programa de Pós-Graduação em Direito/UNISINOS) em setembro.

As mudanças foram inúmeras, a começar pela migração para o ambiente virtual e pelas novas formas de utilização da comunicação ágil e instantânea que nos proporcionou contatos que, antes, faríamos apenas se tivéssemos recursos financeiros. Nessa migração, senti um aumento do volume de trabalho, eis que o tempo que antes usávamos para deslocamentos e viagens tornou-se um tempo usado na realização efetiva de trabalho. Isso faz com que tenhamos mais horas livres que acabamos preenchendo com mais trabalho. A tarefa que antes eu levava mais tempo para cumprir, agora é cumprida mais rapidamente, abrindo-se espaço para mais trabalho. Isso gera uma sensação de permanente disponibilidade para o trabalho e dificuldade de descanso.

Na minha casa moram quatro pessoas; meu marido trabalhou fora durante toda a pandemia (é médico) e eu ainda estou em home office. As duas crianças passaram a maior parte do tempo com aulas on-line, apenas recentemente retornaram à escola. Eu trabalho na sala ou, quando preciso de silêncio e não ser interrompida, me tranco em um quarto com escrivania. A filha de 7 anos assistia às aulas em uma escrivania em seu quarto. O filho de 4 anos esteve na escolinha de dezembro a fevereiro e retornou agora. Quando não esteve na escola, não assistia a aulas on-line.

## Mulheres na Pandemia - Depoimentos

### Luisa Molina, 32 anos

Doutoranda em antropologia na Universidade de Brasília e pesquisadora do Laboratório de Antropologias da T/terra



**T**em sido bem difícil. Há bastante esforço para não sucumbir, pois todo dia é uma experiência de resistência, afinal é preciso manter o ritmo e o fluxo mesmo sem ter perspectiva no horizonte, tentando me manter criativa e atuante, fazendo planos e projetos mesmo sem expectativa clara. É como se a gente andasse no escuro com base na fé de que uma hora vai desanuviar.

Em termos mais objetivos, tenho tentado articular, sopesar, equilibrar minha vida entre pesquisa, trabalho, vivência como mãe e no terreiro com essas coisas todas, que parece um malabarismo com coisas de tamanhos e formatos diferentes, que exigem de mim uma perícia específica para não deixar nada cair no chão. É exaustivo o esforço de não deixar nada cair no chão, mas tem dado certo, embora de vez em quando eu dê uma sucumbida de cansaço.

Mas tenho a sensação também que o período mais duro para mim foi quando estava me adaptando à rotina extenuante no meio de um vendaval que foi a chegada da pandemia no contexto do Tapajós, onde trabalho fazendo pesquisa junto aos Munduruku. Foi um horror, totalmente desestruturante, então quando as coisas se acalmaram por lá, eu consegui me acalmar por aqui. Vamos dando jeitos de resistir e criar alternativas e espaços de respiração dentro e fora da gente. O fato de ser mãe me ajuda bastante. Apesar de me cansar, me dá força, me ancora e me dá uma coragem que talvez eu não teria se não tivesse filho. Isso é fortalecedor, em todos os sentidos, apesar dos desafios.

Minha rotina mudou completamente, pois antes eu saía de casa, levava meu filho à escola e ficava trabalhando na tese e nos outros projetos. Agora tenho que trabalhar em casa, com o filho em casa, e tenho que dedicar meu tempo a ele, sem contar os trabalhos domésticos. Isso tem sido muito difícil e durante bastante tempo, principalmente no ano passado, eu tinha que trabalhar à noite, que era quando eu tinha um pouco de paz para escrever a tese. E eu fiquei exausta. Cuidar do filho e da casa de dia e escrever a tese de noite deixou-me extenuada.

Somos três e não saímos. Só saio para ir ao terreiro, mas no geral não saímos. Os cuidados têm sido aqueles que são possíveis de fazer. Comprei muita [máscara] PFF2, distribuí para as pessoas próximas. Quando saímos é com elas, e mantemos os demais cuidados.



## Mulheres na Pandemia - Depoimentos

### Marinês de Fátima, 45 anos

Diarista

**U**ma das primeiras dificuldades quando começou a pandemia foi a questão do transporte. Como eu trabalhava em Porto Alegre e preciso usar ônibus, trem e ônibus de novo, foi bem complicado, porque os horários foram bastante reduzidos. Pessoalmente eu tomo meus cuidados, usando máscara, álcool em gel, trocava a roupa e fazia a higiene das mãos. O trem era também um problema, porque estava sempre superlotado, mas no ônibus as pessoas iam sentadas, sem ninguém de pé, normalmente ocupando somente um banco. Nas casas onde trabalho, as pessoas mantêm um certo distanciamento e todas usam máscara.

No começo da pandemia, em 2020, eu fiquei 45 dias sem trabalhar, mas continuei recebendo pagamento das pessoas que eu limpava a casa. Mas se eu não recebesse esse dinheiro não teria nenhuma outra opção de sustento. É claro que se eu precisasse trabalhar em outra coisa, eu trabalharia, daria um jeito, mas a minha renda é deste trabalho.

Na minha casa moramos eu e meu esposo. Nós dois trabalhamos fora, ele também em Porto Alegre, na área de manutenção do Barra Shopping, mas ele continuou trabalhando normalmente. Claro que ficamos inseguros, porque, como disse, o trem tinha muita gente e é muito lotado. Na plataforma, tem distanciamento, mas dentro do trem não tem o que fazer. Sendo bem honesta, eu não queria ter ficado aquele tempo sem trabalhar no começo da pandemia, mas foi preciso, porque estava muito complicado.

## Mulheres na Pandemia - Depoimentos

# Jaqueline dos Santos Rodrigues,

### 37 anos

Mãe, moradora da ocupação Steigleder e líder comunitária



**J**á se passou um ano da pandemia e estamos vivendo aqui na ocupação, mas também em outros lugares, uma dificuldade enorme. Porque eu, como mulher, preciso ser mãe, esposa, dona de casa, professora, afinal as crianças estão sem ir à escola e temos que auxiliar a fazer as tarefas da escola. Como mãe, tenho uma família enorme para cuidar, sem contar que como esposa sou casada há 18 anos. Na realidade do dia a dia, em nossa ocupação temos vivido momentos bastante difíceis, porque a pandemia veio para todo mundo e tem afetado muito a nossa comunidade.

Com a pandemia tivemos que redobrar os cuidados por conta do vírus. Uma das maiores dificuldades da Ocupação Steigleder é a questão da água, pois o acesso à água potável é precário e muito difícil. Em função do vírus temos que lavar as mãos toda a hora, além de ter que lavar as roupas e tomar banho. Também não pudemos sair para trabalhar, pois a maior parte dos moradores são catadores de material reciclável e enfrentamos muitas dificuldades de ir para as ruas. Claro que isso não nos impediu, porque precisávamos disso para poder manter nossa família e colocar o alimento na mesa. Além disso, não poder ver alguns familiares por conta desse vírus é muito difícil.

Houve muitas mudanças, pois junto com a pandemia veio a rede solidária, que tem nos ajudado muito com alimentos e produtos de higiene. Por meio dessa iniciativa muita gente pôde saber que havia gente na ocupação que precisava de apoio e ajuda, que passaram a nos ajudar com cesta básica, álcool em gel e mesmo alimentos prontos. Para nós foi uma grande mudança, pois como muitas pessoas saem para buscar material, às vezes, chegam ao meio-dia ou à tarde e ainda têm que preparar o alimento, mas com as doações de comidas prontas a pessoa pode pegar a comida, ir para casa, almoçar e, depois, voltar para o seu trabalho.

A minha família é composta por sete pessoas, dois adultos e cinco crianças. Para tomarmos os devidos cuidados de higiene, usamos álcool em gel, água sanitária para lavar as máscaras e tentamos manter o máximo possível o isolamento social, o que em uma casa com sete pessoas é bem difícil. Os filhos querem sair e passear, mas não podem e isso é bastante difícil. Mas o que temos feito para se prevenir é usar máscara, lavar as mãos e usar álcool em gel.



# O Natal Solidário da Jaqueline

Moradora inicia ação que visa contribuir para as comemorações de final de ano das pessoas com poucas condições financeiras

Thariany Mendelski\*

O Natal se aproxima e, junto com ele, a solidariedade, o desejo de querer o bem do próximo e realizar boas ações. É com esse pensamento que o projeto Natal da Vila Progresso surgiu, com a esperança de proporcionar um final de ano mais alegre para moradores da ocupação Steigleder, na Vila Progresso.

Tudo começou há 10 anos, quando Jaqueline dos Santos Ro-

drigues, 37 anos, recicladora e moradora da comunidade, precisou de ajuda. Seu pai — já falecido — tinha sofrido um acidente vascular cerebral - AVC e foi proibido pelos médicos de fazer esforço físico. “Nós trabalhávamos de carreta catando material, eu, ele e meu marido e não tínhamos condições financeiras de comprar os remédios e mais a comida para ele. Na época, eram oito tipos de remédios, eu estava grávida, então decidi colocar uma

\* Reportagem publicada originalmente no jornal Enfoque, produzido por alunos de jornalismo da Unisinos.



Foto: Thariany Mendelski/ Aluna Jornalismo Unisinos





carta nos correios pedindo ajuda para ele”, relembra.

A Campanha Papai Noel dos Correios é realizada, anualmente, pelos Correios do Brasil. A adoção de cartas da campanha é sempre feita da mesma forma. As cartas são enviadas por crianças e por pessoas que precisam de ajuda e depois são lidas e selecionadas. Em seguida, são disponibilizadas para adoção. Jaqueline conta que escreveu a sua carta e deixou no correio, quando foi no dia 24 de dezembro uma mulher chamada Lula Ávila apareceu na sua casa com os pedidos e com presentes para seus filhos: “Ela chegou com o porta-malas do carro cheio, e como o pessoal aqui quase nunca ganhava nada, quando eles viram

o carro já estavam vindo para perto. Ela toda sem jeito me explicou que só tinha trazido coisas para mim e para as crianças e na próxima vez ia trazer para os outros. Mas para não deixar ninguém triste eu pedi que a Lula escolhesse um presente para cada um dos meus filhos e o resto poderia distribuir para todos que estavam ali”, explica a líder comunitária.

No ano seguinte, Jaqueline precisou escrever outra carta, mas dessa vez foi para sua cunhada que estava passando por uma situação difícil com seus filhos. Sua carta foi esco-

lhida pela mesma mulher novamente, que trouxe os pedidos da sua cunhada e também para ela. Ela conta que um ano depois foi procurada por Lula, a mulher que vinha ajudando-a ao longo dos anos. Nessa visita, Lula propôs a Jaqueline a ideia de reunir as cartinhas das crianças e das mães das crianças para que um grupo de professores, ao invés de ir aos correios, pegassem direto com ela as cartinhas.

O projeto Natal da Vila Progresso foi criado pela Jaqueline, que é líder da comunidade, e pela Lula Ávila. O projeto reúne um grupo grande de professores e amigos que todos os anos pegavam cartas nos Correios para ajudar diferentes comunidades.

Todo ano a Jaqueline mobiliza a comunidade a escrever suas cartas para o Papai Noel. Assim que ela recebe essas cartas, lê uma por uma e organiza todos os pedidos para que o grupo de professores consiga se organizar para atender.

Jaqueline relata que em média são recebidas até 300 cartinhas por ano: “É feito um cadastro de todas as pessoas que escrevem as cartas sendo crianças de 0 a 18 anos, ao completar 18 anos a gente retira do projeto para dar lugar a outras crianças. Mães, pessoas com problemas de

“Para não deixar ninguém triste eu pedi que ela escolhesse um presente para cada um dos meus filhos e o resto poderia distribuir para todos que estavam ali”

Jaqueline Rodrigues



saúde e idosos também podem participar, o único critério para escrever a cartinha é escrever seus três pedidos, seu nome, idade e contar um pouco da sua história”, ressalta.

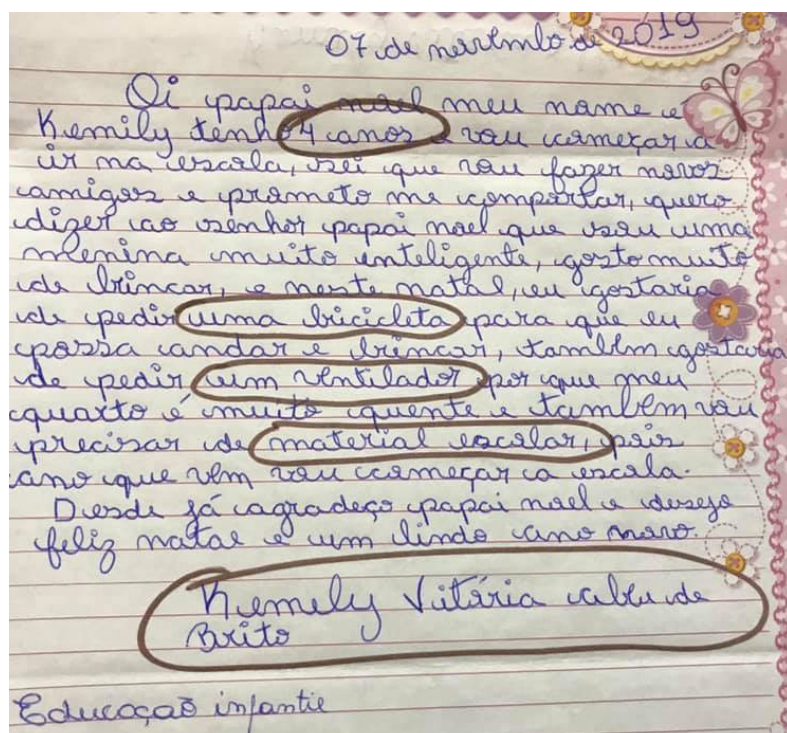
Os pedidos mais frequentes são leite, fralda, alimentos, roupas, calçados, brinquedos, materiais escolares e doces. As entregas desses presentes são realizadas no dia 25 de dezembro pela manhã, os presentes são colocados no caminhão, todos identificados. Cada pessoa recebe uma etiqueta com o nome completo, de modo a ser chamado pelo nome e conferido antes de receber o presente.

Devido à pandemia do novo Coronavírus, a maioria dos eventos foi cancelada, mas a programação de Natal da Vila Progresso segue firme: “Pensamos em não fazer, mas como todos os anos acontece, as crianças já estavam ansiosas na espera de um presente. Então, decidimos fazer em tamanho menor, diminuindo a quantidade de presentes para dois. Muitos pais aqui na ocupação não têm dinheiro para comprar um presente para o seu filho. No começo da pandemia as crianças já estavam me perguntando se ia ter cartinha”, acrescenta Jaqueline.

Segundo Lula Roberta Avila, 47 anos, professora, atualmente são realizados outros projetos com o mesmo objetivo na comunidade. Em épocas de Dia das Crianças e páscoa também são arrecadados presentes e doces para as crianças. O grupo de voluntários, que faz a entrega das doações, não possui nenhum tipo de auxílio financeiro, cada voluntário pode escolher uma ou mais cartinhas e decidir se vai presentear com todos os presentes que a criança pediu ou se vai

poder contribuir com menos.

“A sensação de poder ajudar essas pessoas é muito boa, inclusive temos um grupo no WhatsApp de medicamentos, lá nenhum medicamento vai para o lixo. Sempre repassamos para quem precisa. Também, temos um outro de pedidos de ajuda e assim vamos trabalhando. A Vila Progresso ficou marcada no nosso coração”, conta a professora.



Para Lula, o sentimento de poder ajudar é uma coisa que já nasceu com ela, visto que sempre fez trabalhos voluntários. Antes de conhecer a Vila Progresso, Lula retirava cartinhas do correio para ajudar outras comunidades, mas, depois que ela conheceu a Jaqueline, ficou impressionada e sentiu que precisava continuar ajudando a comunidade: “As pessoas que participam do projeto gostam bastante e se sentem bem em ajudar. É uma das melhores sensações do mundo”, descreve.



# Aumenta o número de mulheres trabalhadoras domésticas com ensino superior na Região Metropolitana de Porto Alegre

Marilene Maia e João Conceição – Observasinos

**O**s dados divulgados até o momento sobre os efeitos da pandemia do novo coronavírus apontam que a Região Metropolitana de Porto Alegre foi uma das mais impactadas. Está entre as que mais perdeu renda do trabalho, especialmente entre a parcela da população mais pobre. Esse cenário impactou a migração do trabalho formal para o informal, ao mesmo tempo que aumentou em 78% o número de trabalhadoras domésticas com ensino superior.

Muitos consideram o trabalho doméstico como a “economia do cuidado”, sendo um conjunto de atividades, como a limpeza da casa, preparação de alimentos e os cuidados com crianças, idosos e doentes, entre outras. De acordo

com a pesquisa realizada pela pesquisadora Hildete Pereira de Melo, professora de economia da Universidade Federal Fluminense - UFF, o trabalho doméstico equivalia a 11% do Produto Interno Bruto - PIB brasileiro. Em valores, foram cerca de R\$ 634,3 bilhões em 2015.

Em entrevista para o Instituto Humanitas Unisinos - IHU, a socióloga Luana Simões Pinheiro pontuou que “a pandemia contribuiu para retirar o véu da invisibilidade que marca o trabalho doméstico (seja ele remunerado ou não). De repente, aquele trabalho tido como menos importante e menos valorizado (que nem trabalho é considerado) tornou-se um ‘elefante na sala’”.

Entretanto, em relação ao tra-





balho doméstico remunerado, Pinheiro lembra que “é caracterizado, ainda hoje, por uma extrema precariedade e vulnerabilidade. Não apenas o nível de proteção social é muito baixo (menos de 30% possuem carteira de trabalho assinada), como há uma grande desvalorização social e econômica (as trabalhadoras domésticas ainda ganham menos que um salário mínimo por mês, na média), bem como muitos casos de abuso e assédio moral e/ou sexual, culminando, inclusive, com trabalhadoras em situação análoga à escravidão”.

Luana também destaca que “as trabalhadoras domésticas são basicamente mulheres, negras e de baixa renda, juntando em um mesmo corpo (e em uma mesma ocupação) o tripé de desigualdades que nos caracteriza enquanto sociedade: as desigualdades de gênero, raça e classe”, apontou na entrevista.

Os dados apresentados abaixo vão nessa direção.

### **Trabalho doméstico na Região Metropolitana de Porto Alegre**

O trabalho doméstico registrou queda de 9,2% entre o primeiro e o último trimestre de 2020 na Região Metropolitana de

Porto Alegre. Observa-se que no primeiro trimestre de 2020 existiam 35,5 mil trabalhadores domésticos que possuíam vínculo formal; este número passa para 33,3 mil no quarto trimestre do mesmo ano, uma redução de 2.292 (6,4%) trabalhadores. Quando o olhar passa para os trabalhadores domésticos que se encontram na informalidade, nota-se que eles passam de 77 mil no primeiro trimestre para 68,9 mil no quarto trimestre, uma queda de 8,1 mil (10,5%).

Apesar dos duros avanços conquistados para maior formalidade, 67,4% ainda estavam na informalidade, de acordo com os últimos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD.

Outra questão refere-se às diferenças salariais entre os trabalhadores com e sem carteira assinada. Na faixa salarial abaixo de R\$ 700, por exemplo, 2,7 mil formais recebiam esse valor, enquanto os informais eram 21,3 mil. Nota-se também uma migração do formal para o informal durante a pandemia, ao mesmo tempo que a escolaridade



## A força de trabalho doméstico com ensino fundamental cresce em 2%, os que possuem ensino médio em 17,5%, o ensino superior incompleto cresce em 3,4 vezes e o ensino superior em 2,8 vezes.

dos trabalhadores domésticos também aumenta.

Quando se repara a escolaridade dos trabalhadores formais, pode-se perceber que ocorre uma queda na força de trabalho de 52,7% nos que possuem ensino fundamental, 12,3% nos que possuem o ensino médio e 23,5% nos trabalhadores com ensino superior, enquanto cresce em 3 vezes a força de trabalho doméstico entre os que possuem ensino superior incompleto.

Ao analisar pela escolaridade dos trabalhadores informais, percebe-se que ocorre um aumento em quase todas as escolaridades analisadas. A força de trabalho doméstico com ensino fundamental cresce em 2%, os que possuem ensino médio em 17,5%, o ensino superior incompleto cresce em 3,4 vezes e o ensino superior em 2,8 vezes.

Os trabalhadores domésticos autodeclarados brancos são 71,1% na Região Metropolitana de Porto

Alegre. No entanto, a variação do número de trabalhadores brancos antes da pandemia e no fim de 2020 foi de 12%, já para aqueles tidos como pretos, foi de 34,4%. Outro ponto importante apresentado nos dados é que, antes de começar a pandemia, não havia nenhum trabalhador doméstico indígena. No fim de 2020, existiam 592 indígenas desempenhando essa ocupação. A mesma situação aconteceu com as pessoas autodeclaradas amarelas.

Por fim, como apontado na entrevista por Luana Simões Pinheiro, o trabalho doméstico é desempenhado em quase sua totalidade por mulheres. Na Região Metropolitana de Porto Alegre não é diferente, elas representavam 90,2%, participação percentual que aumentou durante a pandemia. Idosos e jovens representavam 32,4% dos trabalhadores domésticos no final de 2020, participação que se manteve praticamente a mesma do primeiro trimestre.



## Mulheres são a maioria também no desalento

**N**ão é apenas no trabalho doméstico que as mulheres são mais impactadas. Desde 2012, quando a PNAD começou a ser realizada, as mulheres foram a maioria das desalentadas na Região Metropolitana de Porto Alegre, representando 60,7% em 2020. No primeiro ano da pandemia, houve um crescimento de 170,1% em relação ao ano de 2019. Enquanto isso, para os homens, o aumento foi de 75,8% em um ano.

Ainda de acordo com a PNAD, 272,2 mil recorreram a empréstimos com instituições financeiras, amigos e parentes em 2020. Desse total, 53,1% foram buscados por mulheres da Região Metropolitana de Porto Alegre. Quase 40% do empréstimo adquirido com banco ou financeira foi por pessoas com ensino superior completo ou com pós-graduação.

## Contexto da metrópole na pandemia

**T**odo esse cenário tem relação com a perda média de 12,5% na renda dos trabalhadores, sendo a quarta região com maior queda, quando comparada com outras regiões metropolitanas do Brasil. Ficou atrás somente de Maceió, Salvador e Recife. A perda da renda do trabalho é o dobro da média das demais regiões metropolitanas e do

Brasil como um todo.

Em 2020, a queda da renda do trabalho foi de 40,4% para os mais pobres, enquanto para os 10% mais ricos a queda foi de apenas 10,6%. Comparativamente com as demais regiões metropolitanas do país, a metrópole de Porto Alegre foi onde os mais pobres foram os mais afetados. A queda ficou acima da média do Brasil, enquanto nas metrópoles da Região Sul foi de menos de 20%.

No entanto, na palestra realizada pelo IHU, o economista Róber Iturriet pondera que esses indicadores não são sintoma apenas da pandemia. Para ele, um dos principais responsáveis por essa situação são as políticas implementadas pelos governos, com cortes na saúde, educação e assistência social. “O contexto macroeconômico influencia nessa situação: foram três reformas trabalhistas nos últimos anos com o objetivo claro de redução de salário e retirada de direitos trabalhistas. Essa precariedade impacta na desigualdade”, afirmou Iturriet.

Os dados apresentados fazem parte do estudo “Mundo do trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre”, desenvolvido pelo Observatório do Vale do Rio dos Sinos e o Observatório Unilasalle: Trabalho, Gestão e Políticas Públicas. Todos os artigos produzidos podem ser acessados na página especial da pesquisa, que tem o objetivo de acompanhar os dados do trabalho e dos trabalhadores durante a pandemia do novo coronavírus.



# Helânia Porto - Minha tese em quatro perguntas



**Helânia Thomazine Porto** é graduada em Letras, habilitação Língua Portuguesa, Língua Francesa e respectivas literaturas, pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina - FAFIC/ES, mestra em Administração, Comunicação e Educação pela Universidade São Marcos - UNIMARCO/SP e doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS. Sua tese é intitulada ***Processos Comunicacionais, Identitários e Cidadãos: Pataxós em “territórios” de resistências e de utopias.***

## Qual o tema da sua tese?

**N**a tese procurei estudar os processos comunicacionais, tanto presenciais quanto digitais, realizados pelo povo indígena Pataxó da Bahia. Pensando essas redes de produção de sentidos articuladas às suas ações políticas, aos movimentos de (re) construção de identidades étnico-culturais e de cidadania comunicacional.

## Quais foram os resultados?

**O** conjunto de movimentos de pesquisa adotado apontou que as redes sociais digitais utilizadas pelos Pataxós vêm se revelando como locus enunciativo que, além da função informacional e de comunicação, apresentam-se com potencial de produção de mecanismos políticos e de interações sociais, configurando-se como oportunidade de visibilidade de seus pleitos políticos, de divulgação da economia comunitária, de vinculações sociais, de afirmação de suas identidades étnico-culturais, junto à construção de uma cidadania comunicacional.

## Qual problema ela discute?

**P**roblematizei sobre as formas de resistência, de ativismo e de constituição de poderes dos Pataxós através de suas articulações e participações políticas em redes multidimensionais. Sendo a questão principal: Como se dão os usos, apropriações e produções pelos Pataxós das mídias digitais, em articulações com outras dimensões constitutivas de suas redes sociocomunicacionais, para constituir ações políticas, processos de resistências e mudanças socioculturais na construção de cidadania comunicacional?

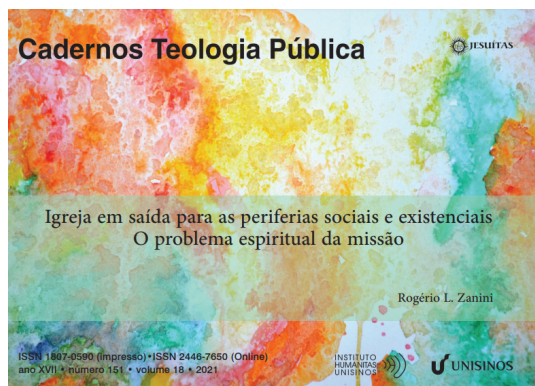
## Quais seus interesses de pesquisa?

**A**lém da ampliação dos conhecimentos no campo da comunicação, o que me motiva é o meu pertencimento ao povo Kamakã da Bahia. Sou bisneta de Profira Maria de Jesus, mulher Kamakã do sertão baiano. E, estudar sobre os Pataxós da Bahia, em certa medida, possibilita falar da cosmovisão dos povos indígenas; e nessas interações, estabelecer conexões com fragmentos de meu passado ancestral.



# Igreja em saída para as periferias sociais e existenciais. O problema espiritual da missão

**A** Igreja em saída é o paradigma eclesiológico proposto pelo Papa Francisco. A missão é a própria identidade da Igreja, porque existe para evangelizar. No entanto, na prática, a Igreja em saída encontra muitos recuos e a causa é espiritual. O problema espiritual se revela na experiência dicotômica do espiritual e/ou material no anúncio e na vivência do Reino de Deus. Para responder a esta questão, buscar-se-á, primeiro compreender a dimensão integral do cristianismo; em segundo lugar, explicitar o sentido espiritual do Evangelho; e, terceiro e último, propor a opção pelos pobres e vulneráveis como um itinerário salvífico.



Esta e outras edições dos Cadernos Teologia Pública também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



**Rogério L. Zanini** é doutor em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Porto Alegre, RS, 2020). Autor da tese “Fora dos pobres não há salvação: Tópico fundamental de soteriologia em Jon Sobrino”. Mestre em Teologia (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, 2012). Especialização em Metodologia Pastoral (Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, URI, 2009). Graduado em Teologia (Instituto de Teologia e Pastoral, ITEPA, Passo Fundo, RS, 2004) e em História (Universidade do Oeste de Santa Catarina, Unoesc, Chapecó, SC, 2000).



# Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas

A problemática da algoritmização da vida apresenta-se como uma nova fronteira onde a vida humana e as novas tecnologias se cruzam com graves desafios que estão a nos interpelar mais intensamente, se é possível, na pandemia, na medida em que todos vivemos em escala global uma espécie de aceleração digital não programada. A pandemia nos lançou de modo abrupto no mar das novas plataformas tecnológicas e na tempestade dos algoritmos. Provavelmente, a pandemia acelerou em mais de uma década os processos de algoritmização da vida através da exigência que cada um de nós está tendo de se integrar num mundo digital, não mais como um mundo virtual, mas como o mundo real que suplanta a própria realidade física.



**Castor M.M. Bartolomé Ruiz** é professor titular do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Orienta Mestrado e doutorado no PPG Filosofia Unisinos, na linha de Filosofia social e política. Possui doutorado em Filosofia - Universidad de Deusto, Bilbao, Pós-Doutorado em Filosofia - Instituto de Filosofia do Consejo Superior de Investigaciones Científicas da Espanha (CSIC, 2006).



Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



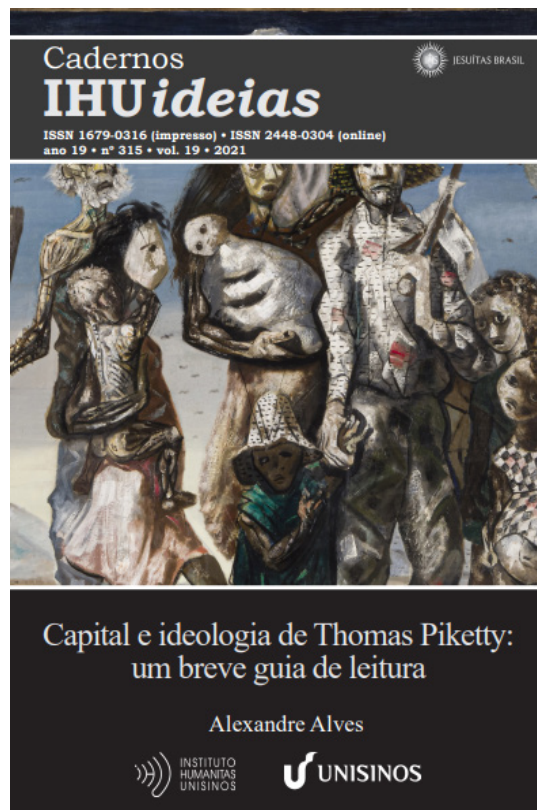


# Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura

O chamado “Efeito Mateus” foi proposto em 1968 pelo sociólogo Robert K. Merton (Merton, 2013) para explicar a acumulação de vantagens e desvantagens na alocação do reconhecimento científico, mas logo se difundiu por outras áreas. Em estudos de economia e distribuição, ilustra a observação prática de que “dinheiro chama dinheiro”, “sucesso atrai sucesso”, os ricos ficam cada vez mais ricos, ou seja, as vantagens e desvantagens advindas da renda e da riqueza tendem a se acumular de maneira assimétrica e desproporcional no gradiente socioeconômico. A desigualdade econômica, contudo, permaneceu como um tema marginal e desprestigiado nas ciências econômicas durante todo o século XX. Acesse a publicação e leia na íntegra esse guia de leitura preparado pelo professor Alexandre Alves.



**Alexandre Alves** é graduado em História, mestre e doutor em História Econômica pela USP. Foi Pesquisador Colaborador no departamento de História da Unicamp e professor adjunto na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (Eppen-Unifesp). Foi pesquisador visitante no Laboratoire d'études et de recherches sur les logiques contemporaines de la philosophie - LLCP na Universidade de Paris 8 (Saint-Denis). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos.



Capital e ideologia de Thomas Piketty:  
um breve guia de leitura

Alexandre Alves



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos - IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

Outras edições em [www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores](http://www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores)



## Uma sociedade de mulheres?

Edição 210 – Ano 7 – 5-3-2007

Essa edição, inspirada pelo Dia Internacional da Mulher, discute a evolução do movimento feminista, evidenciando um novo tipo de ser mulher que aponta, ao mesmo tempo, para modelos alternativos de masculinidade.



## Políticas públicas para as mulheres: uma conquista brasileira em debate

Edição 387 – Ano 12 – 26-3-2012

O tema de capa dessa edição debate as políticas públicas para as mulheres. Especialistas de diversas áreas do conhecimento discutem o tema, reunindo pesquisadores de todos os quadrantes do Brasil.



## Gênero e violência - Um debate sobre a vulnerabilidade de mulheres e LGBTs

Edição 507 – Ano 17 – 19/6/2017

A discussão sobre gênero, sexualidade e identidade se intensificou no final do século 20. Em conexão a esses temas cada vez mais em voga, há uma questão que merece destaque por evidenciar a vulnerabilidade das pessoas envolvidas: a violência que decorre do gênero, tema de debate dessa edição da revista IHU On-Line.



UNISINOS

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br) | [ihuonline.unisinos.br](http://ihuonline.unisinos.br)



[twitter.com/\\_ihu](https://twitter.com/_ihu)



[bit.ly/faceihu](https://bit.ly/faceihu)



[bit.ly/instaihu](https://bit.ly/instaihu)



[bit.ly/youtubeihu](https://bit.ly/youtubeihu)